

7. A “revolução dos ganhadores”

A postura que provocou a paralisação de 1857 foi parte de uma longa campanha visando ao controle e até mesmo, no melhor dos mundos, à expulsão do trabalhador africano de Salvador, fosse escravo, liberto ou livre. Mas fez-se uma lei mais branda e mais simples do que a de 1835, aquela que criava as capatazias para substituir os cantos. Da lei anterior, herdaria a exigência de matrícula e do uso de um distintivo de identidade, agora uma chapa, antes uma pulseira. Desta vez, contudo, não se mexeu na organização interna dos cantos, talvez porque já se previsse o mesmo fracasso da legislação anterior. Assim, permaneceram os capitães, eleitos pelos ganhadores, bem como os locais em que eles se reuniam em seus cantos. Tais garantias não tornaram a nova postura mais palatável ao gosto africano.

O movimento paredista começou no primeiro dia de junho de 1857. A principal fonte de informação sobre seu andamento é o *Jornal da Bahia*, que publicou notícias sempre estampadas na sua primeira página, ao modo de manchete. Outros periódicos baianos devem tê-lo noticiado, mas infelizmente ainda não localizei nenhum publicado naqueles dias que tivesse sobrevivido para nos contar sua versão. Alguns jornais do Rio de Janeiro também publicaram notícias e opiniões, algumas delas originais, escritas por “correspondentes” — no sentido antigo de missivista voluntário —, enquanto outros reproduziram ou resumiram matérias publicadas no periódico baiano.

Sobre o início da greve, o *Jornal da Bahia* noticiou, em sua edição de 2 de junho:

Ontem esteve a cidade deserta de ganhadores e carregadores de cadeiras. Não se achava quem se prestasse para conduzir objeto algum. Da alfândega nenhum objeto saiu, a não ser objeto mui portátil, ou que fosse tirado por escravos da pessoa interessada. [...] Os pretos ocultaram-se; e se os senhores não intervierem nisso, ordenando-lhes que obedeçam a Lei, o mal continuará, porque, segundo ouvimos, eles estão nessa disposição.¹

De acordo com o jornal, o motivo principal da parada fora “a execução da postura que obriga os ganhadores a trazerem chapa ao pescoço!”. As chapas, assim, avultam como a principal causa da suspensão do transporte de pessoas e mercadorias em Salvador. O periódico esboçava a esperança de que os senhores obrigassem seus cativos a retornar ao serviço. Mas não foi o que aconteceu. E apesar de o movimento ser pacífico, não por acaso o governo anunciou, naquele mesmo dia, o aumento para 180 homens do contingente do 2º Batalhão da Guarda Nacional. Embora sem saber o tamanho anterior desta força, esse anúncio, naquele momento, não pode ter sido mera coincidência.²

Já no primeiro dia, os africanos receberam um aliado acidental mas importante. A Associação Comercial, que representava os grandes negociantes da praça da Bahia, protestou contra a lei municipal junto ao presidente da província, nosso já conhecido Cansação de Sinimbu. Os homens de negócio se alarmaram com os prejuízos que sofreriam caso não fizessem circular suas mercadorias. Um contemporâneo, o poeta João Nepomuceno, relatou que “apinhou-se o Palácio do Governo de pessoas do comércio” para queixarem-se. Elas achavam que o motivo da greve era o “imposto” de 2 mil-réis, mas enganavam-se. O protesto envolvia também a matrícula junto à Câmara Municipal, a fiança que os libertos deveriam apresentar e a chapa de identidade que todos os ganhadores seriam obrigados a usar penduradas ao pescoço.³

Mas por que a paralisação dos ganhadores se fez um problema tão alarmante para o serviço de transporte na cidade? Não haveria alternativa para os comerciantes movimentarem suas mercadorias, nem outra opção para as pessoas se locomoverem, além das cadeiras de arruar?

Em 1851, James Wetherell escreveu que a “marcha do progresso” havia chegado à Bahia na forma de duas linhas de bondes e muitos carros de aluguel com tração animal; além disso, bandos de mulas eram usados para carregar cal, pedra, areia, ferros e outras cargas pesadas. Mas tanto progresso não bastava para solucionar a crise do momento. Tinha havido no passado várias tentativas de fazer face, explicitamente, ao controle pelos ganhadores africanos do negócio de transporte, conforme anúncios publicados em 1841 no *Correio Mercantil*. Um deles garantia o transporte de barro, tijolo, areia e cal por 15% “mais barato do que ganhadores”, e ainda o fazia a crédito, com pagamento apenas “no final do mês, ou ainda mais demorado”. O outro anúncio prometia: “Quem quiser transportar materiais d’um para outro lugar em animais, condução que fica por muito menos do que por pretos ganhadores, dirija-se à rua Direita de Santa Bárbara, casa 23, 1º andar, do lado direito”. O primeiro anúncio foi publicado apenas uma vez; o segundo, duas, em dias consecutivos. Aparentemente os anunciantes não prosperaram no negócio porque não voltei a encontrá-los em outras edições do *Correio*. A situação era análoga à de outras grandes cidades escravistas, mas na Bahia havia a topografia enladeirada que dificultava o uso generalizado de carros com tração animal.⁴

Quando a greve surpreendeu Salvador, consta que o setor de transporte por carros estava monopolizado. O *Almanak* da Bahia para o ano de 1857 listou apenas dois “alugadores de carros, seges e carrinhos”: um era Francisco Paraasu Cachoeira Junior, com garagem em Água de Meninos, e o outro era Rafael Ariani, com escritórios no Bonfim, então subúrbio de Salvador, e na rua de São Bento, no centro da Cidade Alta. Cachoeira Junior, morador na ladeira da Barra, não vivia apenas do serviço de transporte em carros, pois também explorava o negócio do ganho, tendo matriculado cinco cativos seus em 1857.⁵

De fato, o principal empresário do setor era Rafael Ariani, imigrante judeu italiano, proprietário de veículos de carga e passageiros, carruagens para ocasiões solenes e carros funerários. Ariani não se ocupava apenas do setor de transporte. Consta ter sido negociante grossista, importador, com armazém na rua Nova do Comércio, beco do Garapa mais especificamente, na Cidade Baixa, segundo anúncios publicados em 1844 na imprensa local. Num deles convidava o público para leilão de mercadorias para todo uso e gosto: um caixão cheio de bonecas, pílulas de copaíba, dedais de osso, tesouras finas, canivetes, carteiras de algibeira, linhas de sapateiro, chapéus de vários tipos, fazendas de

... para coletes, "vestidos mui ricos para senhoras" e, junto com tudo isso, um cavalo castanho, novo e gordo. Noutro anúncio dizia ter para vender bolachão para embarcar (era comida típica de bordo), pedras para filtrar água, meias de algodão, bolas de bilhar, cadernos, "tudo por preço mui cômodo".⁶

O *Almanach* de 1845 — publicação que listava os profissionais, funcionários públicos, oficiais militares, negociantes etc. — tinha Rafael Ariani como o único leiloeiro em atividade na cidade de Salvador. Ele prometia "comprar e vender qualquer objeto que se lhe oferecer", e anunciou que seu estabelecimento funcionava como um depósito de fazendas e de móveis. Ao abrir o *Correio Mercantil* publicado ao longo do mês de julho de 1850, verifico mais anúncios de leilões por ele presididos, não apenas de mercadorias próprias, mas também móveis, prataria e louça de uma família que vendia seus bens por estar de mudança para fora da Bahia. Leio ainda que Ariani foi encarregado pelo Consulado da Sardenha de leiloar "diversos objetos, de vestuário etc. [...] pertencentes a marinheiros sardos falecidos". O italiano investia, além disso, no setor de obras públicas. Arrematou, por exemplo, as obras de calçamento entre a rua do Julião e o forte da Jequitaia, para o que a administração provincial lhe devia, em 1851, a exorbitante soma de 18,5 contos de réis, que equivalia ao valor de 37 escravos naquele ano.⁷

Em 1849, no governo de Francisco Gonçalves Martins — lembram-se dele? —, Rafael Ariani obtivera monopólio por dez anos de "uma linha de ônibus", também chamados "gôndolas", entre a zona portuária e a Baixa do Bonfim, seis quilômetros de um negócio que ainda mantinha em 1863. Neste ano escreveria longa queixa ao governo da província sobre a má conservação das ruas, "quebrando rodas e eixos" de seus carros, provocando capotagem e levando "incômodo e susto, para não dizer perigo para os passageiros que nelas transitam". O governo provincial e a Câmara Municipal reconheceram o problema e prometeram solução.⁸

Ariani também conseguiu um monopólio para seus carros de passeio, em 1851. Vale a pena detalhar o plano deste último empreendimento. O privilégio valeria por doze anos para serviço de "carros de aluguel decentemente preparados, e montados, prontos para seguirem viagem, logo que se apresentem passageiros". Os pontos seriam as praças do Palácio (freguesia da Sé), do Teatro (freguesia de São Pedro), do Comércio (freguesia da Conceição da Praia), "e precisando, ao Pilar e onde mais convier nas ditas freguesias". Prometia

cobrar 1 mil-réis por passageiro e 1500 réis por dois, acrescentando mais quinhentos réis se a viagem ultrapassasse os limites da freguesia. Seus carros trabalhariam o ano todo, menos no primeiro dia do ano e nas festas do ciclo do Bonfim (Senhor do Bonfim, São Gonçalo e Nossa Senhora da Guia), quando seriam desviados para o serviço das gôndolas no transporte dos romeiros e festeiros. Nos demais dias, o usuário os encontraria em funcionamento das sete horas da manhã às sete da noite, com intervalo para almoço entre onze horas da manhã e uma da tarde, no verão, e de sete horas da manhã até as seis da tarde, com o mesmo intervalo, durante os meses de inverno. Na sua solicitação, Ariani terminava com essa pérola de bajulação, que era como na época o setor privado fazia negócio com o setor público: “Conhecendo o Suplicante o incomparável gênio d’este benigno, justo e imparcial Governo, pelo aumento do País, e conforme semelhantes empresas, de muito podem coadjuvar; está certo que V. Exa. se não recusará de lhe acordar o privilégio etc.”. E o governo de Francisco Gonçalves Martins não recusou.⁹

No seu negócio de transporte de passageiros, Ariani mantinha o que podemos chamar de uma linha de luxo para serviços e usuários especiais, e nesta cobrava preços altos, de 40 mil-réis a 50 mil-réis pelo carro comum, e até 70 mil-réis por carruagem, puxada por quatro garbosos cavalos, para casamentos. O *Jornal da Bahia* vivia a criticar o homem de negócios. Em janeiro de 1857 acusou-o de cobrar preço exorbitante para levar em seus coches à festa do Bonfim alguns turistas desembarcados de um vapor ancorado no cais da Conceição da Praia. Quanto aos carros mortuários, o jornal protestou que “na Bahia custa-se mais morrer do que viver”. E quando seus clientes iam queixar-se, Ariani os recebia com “maus modos [...] já proverbiais”, acusação extensiva a seus cocheiros, que “tratam grosseiramente os seus passageiros”.¹⁰

Alguns anos depois, em longa carta ao presidente da província — que já não era mais o amigo Martins —, o empresário, a propósito de uma lei que tabelava os serviços de carros de aluguel em Salvador, se queixaria da campanha negativa de que era objeto na imprensa, insinuando ser vítima de xenofobia. Ele destacava os vultosos investimentos feitos e enormes despesas que cotidianamente ainda fazia para manter em funcionamento a empresa, “de reconhecida utilidade”. Ele próprio citava quais os termos dos rumores espalhados contra ele: “o Ariani está muito rico com o sangue que tira do povo; é preciso dar a queda a esse estrangeiro orgulhoso e usurário”. Isso ele escreveu em 1861.¹¹

Quatro anos antes, o *Jornal da Bahia* criticara o governo por não ter fixado uma tabela de preços para os carros, como havia sido feito para os saveiros. E brincava: "Voltai-vos para as cadeirinhas", sempre carregadas por africanos. Com a vantagem de que cadeirinhas não atropelavam pessoas, como fez um carro do sr. Ariani na elegante Vitória, onde colheu uma preta e mais adiante um octogenário, deixando-o entre a vida e a morte. Os boleiros do empresário até corridas apostavam pelas ruas da cidade. Em junho de 1858, João Ramos, português, e o africano Dario, escravo do poderoso Joaquim Pereira Marinho, foram acusados de "terem esmagado com o carro o africano Cesario, escravo de d. Guilhermina de Mattos Villela". Este acidente simboliza o choque, ainda sem vencedores, entre a modernidade dos carros com rodas e tração animal e a tradição dos ganhadores com seus músculos e habilidades no transporte de gente e carga.¹²

A nova onda se desenvolvia numa cidade ainda despreparada para recebê-la. Entre as posturas editadas em 1857, uma proibia que se treinassem animais para o serviço dos carros nas ruas centrais de Salvador, prática comum, e indicava os locais adequados para tais exercícios na periferia da cidade. Ariani ameaçava a salubridade pública de outras formas. Um ano depois, a Comissão de Higiene da Câmara Municipal produziu um relatório circunstanciado, premente devido à recente epidemia de cólera, denunciando a completa falta de higiene encontrada nas cavalariças do empresário, localizadas na rua de Baixo de São Bento.¹³

Rafael Ariani não só alugava carros de todo tipo; ele também os fabricava e consertava em sociedade com uma firma francesa. Inaugurou o negócio em 1851, quando obteve o monopólio dos carros de passeio, e o anunciou pela imprensa, ao "respeitável público", como uma contribuição do imigrante agradecido à "bela cidade" da Bahia que o acolhera tão bem. E para prestar "algum benefício a este hospitaleiro país", convidava os pais de família a lhe entregarem seus filhos como aprendizes da arte de construir e consertar carros. Os moços teriam de ser brasileiros, livres e maiores de doze anos, dando preferência aos que já fossem iniciados como ferreiros, carpinteiros, segeiros, correiros, seleiros e pintores. Era mais uma porta que se abria ao trabalhador livre nacional — fechada, porém, ao forro africano. Em 1852, o presidente Gonçalves Martins elogiou o empreendimento, e aproveitou para estocar, uma vez mais, os ganhadores africanos, ao declarar que a fábrica de carros fora "um

passo progressivo que nos deve habilitar para principiarmos a substituição da singular e hoje insustentável prática das *cadeirinhas* por aquele veículo de condução mais cômodo e digno de nossa civilização".¹⁴ É claro que Ariani e Martins se davam muito bem, este sempre apoiando, inclusive com dinheiro público, os negócios do formidável concorrente dos africanos no transporte de carga e passageiros. A troco de quê? Somente do progresso da província? Coisa a ser investigada.

A dependência dos comerciantes e dos passageiros em relação aos ganhadores talvez nunca tivesse ficado tão clara como em 1857. Prender-se às rodas monopolizadas de Ariani não era boa aposta, fosse quitandeiro, grande comerciante, passageiro de cadeira, família de noivos ou parente de defunto. O alto custo do aluguel de carros, além da falta de mercadoria na praça, pressionaria o aumento generalizado dos preços durante a greve. "A carestia cresceu", escreveria mais tarde o *Jornal da Bahia* (15/06/1857). Todos queriam os africanos de volta aos cantos. Mas estavam errados se acreditavam na tese da Associação Comercial de que se tratasse apenas de isentá-los da nova taxa.

Pressionado pelos comerciantes, o presidente Sinimbu imediatamente exigiu da Câmara Municipal a suspensão da cobrança da taxa de matrícula e a distribuição gratuita das chapas. Sinimbu, como os membros da Associação Comercial, era adepto do livre-comércio, o que em diversas ocasiões o contrapunha à Câmara, mais intervencionista na regulamentação do mercado de serviços e, sobretudo, de produtos de primeira necessidade, como farinha e carne. O acirramento da divisão no centro administrativo da cidade — Câmara Municipal e Palácio Presidencial ocupavam a mesma praça — seria o primeiro fato político importante criado pela parede africana. Acrescente-se que o corpo municipal estava cheio de aliados dos principais adversários políticos de Cansação de Sinimbu na Bahia, entre eles seu chefe conservador, Francisco Gonçalves Martins.¹⁵

*

A sessão da Câmara Municipal que discutiu as ordens do presidente foi tensa e concorrida. O plenário estava repleto de "numerosos espectadores que afluíram pelo que excitava esta crise de uma nova espécie", segundo o relato de um contemporâneo e talvez testemunha ocular.¹⁶ O assunto dividiu os nove

vereadores soteropolitanos. Dois deles, inclusive o presidente da casa, propuseram que a matrícula fosse reduzida a 1 mil-réis e se dispensasse fiador para o ganhador liberto. A proposta foi rejeitada. Manuel Jerônimo Ferreira, membro da comissão que havia preparado a postura em disputa, e por isso um edil mais exaltado, na sua declaração de voto acusou o presidente da província de abolir uma cobrança legal porque, argumentou, não podia haver qualquer “lidoado mostra “de não ter ciência de seus atos”. Ao argumento financeiro, outro vereador acrescentou o regimental, “por entender que a Presidência da Província [...] não pode, assim como a Assembleia Legislativa Provincial, derogar, nulificar ou alternar uma Postura qualquer depois de aprovada”. E votou contra o cancelamento da postura. Outro vereador, o tenente-coronel Manoel José de Magalhães, votou a favor da substituição da postura, “mas votei protestando”, declarou ele, “por sua ilegalidade, por infratora das leis Provinciais e Gerais”. E pediu que sua indignação fosse lavrada em ata.¹⁷

Depois de muito espernear, os vereadores acataram o presidente, sempre sob protestos. Em matéria publicada na imprensa, lembraram que ele mesmo havia aprovado, embora provisoriamente, o texto da postura, que fora não só inspirada mas “literalmente copiada do código municipal do Rio de Janeiro”. E disso, eu acrescento, devia saber Sinimbu, já que ocupara o cargo de chefe de polícia da capital do Império. Realmente, na Corte, desde 1838 pelo menos, os ganhadores haviam sido obrigados a usar chapas. Assim rezava a postura carioca, copiada na primeira versão da postura soteropolitana: “Ninguém poderá ter escravos ao ganho sem tirar a licença da Câmara Municipal, recebendo com a licença uma chapa de metal numerada, a qual deverá sempre andar com o ganhador em local visível. O que for encontrado a ganhar sem chapa sofrerá oito dias de calabouço, sendo escravo, e, sendo livre, oito dias de cadeia”. E sobre ganhadores não escravizados: “Quando o ganhador for pessoa livre, deverá apresentar fiador que se responsabilize por ele, a fim de poder conseguir a licença e a chapa, a qual será restituída quando por qualquer motivo cesse o exercício do ganhador”.¹⁸

De acordo com a historiadora Marilene Rosa Nogueira da Silva, os ganhadores cariocas pagavam à Câmara Municipal 1 mil-réis anualmente pela licença para trabalhar, além de 280 réis pela chapa da primeira vez que se matriculassem. Valores de 1870, anatem, o que significa que os vereadores baia-

nos, legislando treze anos antes, já inflacionavam em 500% o preço cobrado no Rio pelos dois itens somados, licença e chapa. Outra diferença é que a postura carioca não previa o pagamento de multa por sua desobediência, só prisão. Apesar das discrepâncias, os vereadores baianos tentaram convencer a opinião pública de que seguiram à risca o modelo da capital imperial, o que tornaria a postura baiana “legal, justa e exequível”. Não era o caso. Omitiam o valor escorchante que cobravam pela licença e multa. Outro detalhe: quiseram cobrar 3 mil-réis por uma chapa que lhes havia custado apenas seiscentos réis — talvez já superfaturados —, pagos à fundição G. Colombo, conforme veio à tona numa reunião da casa.¹⁹

Do ponto de vista da argumentação política, o comentário talvez mais plantado dos vereadores foi apontar a insistência dos ganhadores em manter sua relativa liberdade de atuação no mercado de trabalho do ganho. Demonstrando experiência em tratar com eles, definiram o movimento como “conluio ou parede entre africanos libertos e os escravos, não porque lhes pese o dispêndio que a licença acarreta, na verdade insignificante para indústria tão lucrativa, que nenhum outro imposto paga, mas porque se querem eximir de toda e qualquer fiscalização”. Já expus que os ganhadores haviam pago diferentes taxas à *província* até 1852, quando chegaram a desembolsar 10 mil-réis anualmente. Mas, por certo, os carregadores de cadeira e carga, especificamente, não tinham sido contemplados nas leis orçamentárias dos quatro anos seguintes, ou seja, de 1853 a 1856. Daí os vereadores acharem que, já tendo pago 10 mil-réis no passado à Fazenda Provincial, os 2 mil-réis da nova postura e os 3 mil-réis da chapa representavam uma ninharia.

Os vereadores apontaram que a atitude dos ganhadores era, na verdade, uma recusa ao controle de suas vidas no trabalho, definindo a paralisação como resistência civil. Ou seja, tratava-se de questão política, não fiscal. Advertiram ao presidente que ceder aos grevistas daria um péssimo exemplo a quantos no futuro quisessem “neutralizar a ação do Governo”. Em vez de ceder, as autoridades deviam tentar neutralizar o movimento, mobilizando como fura-greves os operários do Arsenal de Guerra, ocupados na indústria naval, e os africanos livres, submetidos à tutela do governo. No médio prazo, a Câmara Municipal apostava que fossem logo criadas as companhias de homens livres, já previstas na legislação do tempo de Francisco Gonçalves Martins na presidência da província.²⁰

Mas o presidente Cansação de Sinimbu não deu ouvidos ao barulho que lhe chegava do outro lado da praça. Segundo ele, já que a Câmara pretendia tão somente disciplinar os ganhadores, a medida devia ter caráter apenas policial e não fiscal. Como medida policial, bastava que permanecessem o arrolamento junto à Câmara e a obrigatoriedade “desses indivíduos trazerem visivelmente em uma chapa de metal o número de sua matrícula”. Ademais, a municipalidade não tinha a prerrogativa de criar impostos, senão com aprovação da Assembleia Provincial. O presidente ecoava as críticas à lei de 1836, utilizando argumentos semelhantes àqueles antes usados contra a tentativa de sobretaxar os africanos que especulassem com a distribuição de víveres. Aqui, de novo, Sinimbu explicou que, na eventualidade de ser realmente feita a cobrança, os ganhadores terminariam embutindo o valor do tributo no preço de seus serviços, em detrimento da população:

A Câmara sabe que a imposição resultante dessa licença recai sobre os consumidores e não sobre os contribuintes [ganhadores], e portanto deve ponderar que o alívio que se pretende fazer com a isenção dela não é feita aos escravos, e nem aos africanos libertos, mas sim à população consumidora, cujos interesses é dever da autoridade atender, máxime quando trazidos ao seu conhecimento pelo modo legal e pacífico por que o fez a junta diretora da Associação Comercial.²¹

O presidente não fez menção aos senhores dos escravos, mas a libertos e escravos, reconhecendo implicitamente a autonomia destes últimos e, por que não dizer, sua personalidade política. Sinimbu não visava beneficiar os ganhadores, e sim os comerciantes e usuários em geral, que buscavam ver de volta o funcionamento da cidade a preços módicos. Desse modo, deixava muito claro quais interesses defendia. Mas visto por outro ângulo, se ele agia em nome dos “consumidores” e sob pressão da Associação Comercial, esta agia em nome de negociantes pressionada pelos grevistas. Em resumo, o presidente ordenou que os vereadores acatassem suas ordens.

*

Assim, no segundo dia de paralisação, já os africanos escravizados e forros haviam conseguido derrotar a parte fiscal da postura municipal. Conti-

nuavam parados contra a parte “policial”. Na mesma edição em que publicara a polêmica entre a Câmara Municipal e a Presidência da Província, o *Jornal da Bahia* (03/06/1857) noticiava sobre o segundo dia da greve: “Os cantos ainda estiveram desertos”. Observava, entretanto, que carros operados por homens livres, além de escravos pertencentes a despachantes, haviam retirado “diversos volumes” da alfândega. Muitos particulares também estariam aderindo aos carros de Ariani, uma opção dispendiosa, fruto de circunstância emergencial. Ademais, os carros, carregadores livres e escravos domésticos disponíveis não davam conta do volume de carga a ser transportado, que incluía os produtos da pauta de exportação: açúcar, aguardente, tabaco, couros, algodão. Grande parte dos membros da Associação Comercial operava no setor exportador, a começar por sua diretoria, da qual faziam parte, nessa época, Manuel Belens de Lima (presidente), João Cezimbra (secretário) e John Smith Gillmer, todos negociantes de grande porte. A greve afetava diretamente o comércio exterior da província, perturbando sua integração com o sistema de trocas nacional e mundial.²²

Por outro lado, o movimento paredista trazia à tona impasses relacionados à segmentação étnica do mercado de trabalho em Salvador, ponto que ia além da substituição do trabalho escravo pelo livre. Os homens livres brasileiros, mesmo os de cor, consideravam indigno trabalhar lado a lado com escravos ou libertos *africanos*. Já lemos algo sobre isso neste livro. Trago outras percepções da época a respeito do tema. Segundo o *Jornal da Bahia* de 15 de junho de 1857, “muitos braços livres, que não concorrem àquele trabalho porque não querem exercê-lo a par de africanos libertos ou escravos, correriam pressurosos a ganhar ali decentemente o pão, que lhes não abunda, certos de que nada teriam a sofrer nos prejuízos que herdaram e alimentam”. Era o mesmo que se dava no negócio dos saveiros e navios de cabotagem, já o vimos. O preconceito (“prejuízo”) contra o *africano*, e não apenas o escravizado, era então generalizado, um dado da estrutura mental da classe trabalhadora livre nacional — na maioria negros, aliás —, herança cotidianamente alimentada, esclareceu o periódico. Não se tratava de repulsa de cor (ou racial, se preferirem) nem de classe, mas étnica, uma espécie de xenofobia crioula historicamente acicatada pela elite senhorial por meio de uma política de favorecimento aos escravos nascidos no Brasil. Não surpreende que os africanos também se protegessem por detrás de barreiras étnicas.

Sem dúvida, o preconceito acentuava-se na medida em que, na hora da competição no mercado de trabalho, os brasileiros livres encontravam os africanos solidamente organizados em seus cantos, que por sua vez se reuniam segundo noções robustas de solidariedade étnica. Os cantos de trabalho representavam um instrumento de reserva de mercado, um obstáculo à entrada de estranhos — e, na altura de 1857, neles só entravam africanos (leia-se sobretudo nagôs), ou quem a eles se submetesse. Naquela Bahia urbana, os ganhadores escravizados e libertos nascidos na África pareciam estar mais bem organizados, para a competição ou para o conflito, do que os trabalhadores livres ou libertos nacionais. Com certeza demonstraram maior combatividade — e não apenas em 1857 — do que as associações de ajuda mútua, inclusive negras, que se expandiam velozmente em todo o país nesse período, com finalidades assistenciais semelhantes às irmandades, instituições agora declinantes.²³

Como as irmandades, mas sem com elas se confundir, as associações mutualistas se dedicavam a assistir seus membros com ajuda financeira, jurídica, médica, funerária, entre outras. Não por acaso, as duas primeiramente fundadas na Bahia, ambas em 1832, nasceram no interior de tradicionais irmandades negras do Rosário: a Sociedade dos Artífices, refundada em 1862 como Sociedade Montepio dos Artistas (SMA), se abrigou na igreja da Irmandade do Rosário dos Pretos da Rua de João Pereira, e a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) teve seu embrião na Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, instalada na igreja dos Quinze Mistérios, à sombra da Irmandade do Rosário local. A irmandade que antecedeu a SPD havia sido criada por um grupo de trabalhadores negros, tendo à frente o ganhador de um canto instalado na Preguiça. Chamava-se Manoel Victor Serra, e provavelmente não seria o único ganhador a participar da nova agremiação. Nascia ali uma instituição que, embora capitaneada por negros brasileiros, tinha raízes em instituições africanas tradicionais: de um lado, as irmandades negras, do outro, os cantos.²⁴

Todavia, como explica o historiador Douglas Leite, a SPD constituiu-se como dissidência da irmandade Nossa Senhora da Soledade, e não como uma evolução desta. Criada em 1851, seis anos antes da greve africana, a SPD manteve-se, porém, vinculada ao universo católico negro, tanto por invocar devoção a Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, como por, nos primeiros tempos, se instalar na capela da Irmandade do Rosário dos Pretos das

Portas do Carmo, no largo do Pelourinho. Apesar de fundada por um ganhador, a nova SPD se tornaria mais identificada com os artífices. E os ganhadores seriam no futuro explicitamente barrados na entrada. A SPD "não devia aceitar pessoas para ela já entrando como ganhador, pois não ficava bem para a Sociedade [Protetora dos Desvalidos]", opinou em 1886 o tesoureiro da instituição sobre um candidato a sócio. A respeito deste episódio, o antropólogo Julio Braga comentou a ironia da matéria: "As transformações na Sociedade [Protetora dos Desvalidos] atingiram tal ponto que, 54 anos depois da fundação, seus dirigentes negavam admissão a um sócio cuja atividade era a mesma do seu fundador, Manoel Victor Serra".²⁵

Ademais, na SPD só entravam negros brasileiros, como acontecia em outras instituições mutualistas. Representavam estas, assim, um protagonismo racial e de classe com características bem distintas dos cantos, sintonizadas que estavam à promoção do trabalho nacional livre qualificado. Além disso, funcionavam sob tutela do governo, até para dirimir disputas internas. Neste particular, as sociedades de ajuda mútua se assemelhavam às irmandades, apostando na negociação paternalista para fazer avançar os interesses de seus membros. Ambas as instituições possuíam um corpo de sócios "protetores" constituído pelas mais altas autoridades da província, as quais influenciavam, e amiúde definiam, os negócios internos das associações, inclusive eleições de seus dirigentes. Francisco Gonçalves Martins, por exemplo, foi feito sócio protetor da SPD desde sua fundação, em 1851, ele e João Mauricio Wanderley (futuro barão de Cotegipe), outro chefe conservador da Bahia. A SPD, aliás, cabia como uma luva no projeto tanto de conservadores como de liberais de promover a participação no mercado de trabalho dos negros livres e libertos brasileiros. Disso advinham dividendos políticos. Apesar de os estatutos das sociedades mutualistas proibirem que desenvolvessem atividades políticas, seus membros pertenciam a uma classe de brasileiros que tinham peso no complexo sistema eleitoral do Império, uma vez que representavam a grande maioria dos votantes (72,5%) nas eleições primárias. Eles eram cidadãos teoricamente plenos, não obstante a cor da pele. Os africanos nem cidadãos eram. Daí o contraste há pouco proposto quanto à maior independência sistêmica e combatividade política dos cantos de ganhadores, uma história que já vinha do papel por eles desempenhado nas revoltas escravas desde o início do século XIX.²⁶

Seja em 1857 ou décadas depois, as associações mutualistas foram criadas para servir trabalhadores qualificados: oficiais mecânicos, artífices, artistas, como se os queiram chamar. Os trabalhadores livres brasileiros sem quaisquer ofícios, ou os que, mesmo tendo-os, não encontravam trabalho para exercê-los, foram impelidos ao trabalho braçal e a competir mais diretamente com os ganhadores africanos. Para melhor promover seus interesses, eles recorreram, como as associações mutualistas, à proteção do governo. Foi graças a essa proteção que vieram a adentrar o serviço dos saveiros. A lei de 1850, lembrem-se, proibia a participação nessa atividade de qualquer escravo e dos africanos em geral, fossem estes escravizados, libertos ou livres. Contudo, se a estiva se dividia entre escravos e livres (destes, 35,2% eram brancos em 1856), o carregamento além dos limites do ancoradouro permanecia nas mãos de escravos e libertos africanos. Daí o impacto da parede grevista.²⁷

*

Um outro sinal que diferenciava ganhadores e artífices: estes últimos nunca foram obrigados a usar chapas, nem a apresentar fiador para poderem exercer seus ofícios. Restavam essas duas questões a serem resolvidas pelos ganhadores em 1857. Sobre o terceiro dia da greve, o *Jornal da Bahia* informou que o transporte continuava devagar, “apesar do auxílio prestado por alguns braços livres e carros”. O movimento agora girava em torno da fiança cobrada dos libertos e das chapas de metal exigidas de todos os ganhadores. Um correspondente do *Jornal do Commercio* carioca escreveu que os ganhadores, que “até então só falavam no importe [custo] da licença, passaram também a exigir a dispensa da fiança, continuando recolhidos, a não se prestarem ao serviço das conduções”. Já para o jornal baiano, a razão para a continuidade do movimento era agora as chapas, exclusivamente. “A repulsa pelas chapas”, noticiava o *Jornal da Bahia*, “ainda continua por parte dos pretos. Ontem esteve a cidade, como nos dias precedentes, limpa de pretos carregadores.” Tal como o crítico das chapas em 1836, o periódico percebeu o que estava em jogo. Mais do que rejeitar o controle do seu trabalho, os africanos rejeitavam aquela forma específica de controle. O uso das chapas era tido como humilhante, “exigência que ainda subsiste para receber o escárnio que dela fazem”, como explicou o correspondente do *Jornal do Commercio*.²⁸

Os africanos vinham de um mundo em que as escarificações do corpo (as *abaja* dos nagôs), o uso de determinados objetos, adornos, roupas, torços, turbantes e penteados informavam sobre sua posição na ordem social e ritual da comunidade. Os africanos estavam com Michel Foucault: “O corpo está diretamente mergulhado num campo político”. A Câmara Municipal também: “O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”.²⁹ Governo e ganhadores sabiam que naquela chapa jogavam uma cartada política decisiva. Isso foi plenamente entendido pelos contemporâneos. Conforme escreveu o *Jornal da Bahia* (06/06/1857), os africanos lutavam para “desembaraçar-se do tal ferro, que tão desumanamente os equipara aos míseros quadrúpedes”. É provável que o periódico se referisse a uma postura que obrigava “carro de aluguel” puxado a animal usar chapa semelhante, também fornecida pela Câmara, gravada com o número da matrícula.

E havia mais relações a serem feitas com o uso da chapa. O crítico de 1836 comparou as pulseiras de metal então exigidas com os grilhões dos condenados a trabalho forçado, só para lembrar. Um comentário de Wetherell lembra outra associação, esta ainda mais direta: o colar de ferro enfiado no pescoço do escravo fujão. O inglês escreveu: “Esse distintivo é considerado uma grande desgraça, pois, quando passam [os escravos com ele], seus conhecidos zombam deles”.³⁰ A gente imagina que esses bravos devessem receber aplausos dos parceiros de escravidão pelo destemor da fuga. Mas não. A vaia podia ser um refúgio dos covardes, ou uma crítica à incompetência do trãnsfuga. Seu sentido mais profundo talvez nunca se esclareça. É até possível que o inglês Wetherell tivesse mal interpretado o que vira ou ouvira, tomando por zombaria o que seria outra coisa, porventura um lamento. O fato é que o ferro encaixado no corpo humilhava, fazendo pesar ainda mais a condição de cativo. A chapa que se queria enfiar no corpo do ganhador produzia um efeito parecido, embora não tão radical na aparência. E sendo o ganhador um liberto, lembrava-lhe sua passagem, em geral recente, pelo jugo escravocrata.

Há finalmente um outro motivo, quiçá o mais forte, pelo qual a chapa danificava a autoestima dos ganhadores. Informações chegadas à redação de um periódico carioca davam conta de que a placa era “sinal odioso que os ridicularizava perante o *bello sexo*”. Talvez fosse por aí que ela se tornara motivo de escárnio. Por alguma razão que o *Diário do Rio de Janeiro* não esclareceu, o uso do troço diminuía a percepção de masculinidade do ganhador, um grupo

cujas identidades de gênero eram profundamente acentuadas pela sociabilidade desenvolvida em torno do trabalho a que se dedicavam. O apoio das mulheres ao movimento — pois rolou isso — possivelmente também se explique por essa convivência delas em preservar a figura deles, quer dizer, proteger a configuração estética e moral do corpo masculino segundo o padrão fixado pela comunidade africana. Que mulher iria querer um homem com uma chapa pendurada ao pescoço? O jornal percebeu que a Câmara Municipal com “perstinácia insistira no seu propósito de abater o orgulho africano”, ao obrigar os ganhadores a carregar no peito o tal trem.³¹

Naquele terceiro dia de greve, o olheiro do *Jornal da Bahia* (04/06/1857) circulou pela cidade com as orelhas de pé: “Temos ouvido que dentro em pouco andarão de novo os pretos nas ruas como dantes, independentemente de chapas e matrículas”. Seria atitude ousada esta de ir ao ganho sem se matricular e sem o famoso distintivo. Mas não foi por certo isso (ou pelo menos não só isso) o que aconteceu. Nesse dia o movimento começou a sofrer as primeiras baixas, exatamente no elo mais fraco da comunidade de ganhadores: os escravos. Seus senhores os pressionavam, e apressaram-se em comparecer à Câmara Municipal para registrá-los, obter gratuitamente a placa e mandá-los com ela de volta ao batente. Os ganhadores enfrentavam a difícil circunstância de fazer política segmentados entre libertos e escravos. Se os primeiros só precisavam seguir o comando dos capitães do canto, os segundos ficavam entre as ordens de seus capitães e as de seus senhores. Os escravos enfrentavam mais riscos. Desobedecer aos senhores podia redundar em castigo, redução e até suspensão de sua parcela do ganho, e podia inclusive comprometer a alforria, que dependia, além de dinheiro, da boa vontade dos senhores, que de seus escravos exigiam “bons serviços” — conforme se lê em nove entre dez cartas de alforria. E os senhores, uma vez suspensa a taxa, não viam por que se opor à matrícula e ao uso da chapa, aliás um bem-vindo método de controle extra. Com efeito, a partir de 4 de junho de 1857, quando perceberam que não teriam de pagar o novo tributo, eles correram a registrar seus escravos. Eu só consegui encontrar, no arquivo da Câmara Municipal, três matrículas até aquela data; para o dia 4 encontrei quarenta.³²

Não obstante as dificuldades, os grevistas procuraram reagir, e o fizeram com táticas de piqueteiros modernos. “Alguns senhores”, noticiou o *Jornal da Bahia*, “têm matriculado seus escravos, que saem para a rua com a chapa

respectiva, mas são logo obrigados a arrancá-la, não só porque os companheiros os maltratam e obrigam a isso, como também porque os moleques e as pretas fazem-lhes roda, e os desesperam com ditos e sarcasmos.” As mulheres de novo a escarnecer os ganhadores chapeados, agora ajudadas pelos meninos. Os grevistas não estavam sozinhos. No dia seguinte, o jornal baiano informaria que escravos com chapas haviam sido apedrejados pelos parceiros de trabalho. Obrigados a sacá-las, eles voltavam para casa por não poder ganhar sem serem presos pelos fiscais da Câmara por desobediência à postura. Ficaram entre dois fogos. Três fogos, porque ainda tinham os senhores a quem prestar contas.³³

Os “moleques” voltariam a aparecer outras vezes como ativos participantes na refrega. Um dos incidentes motivou uma petição à Câmara, feita por Eufemia Maria das Dores Rocha, que “tendo matriculado n’essa Repartição no dia 1º de junho os seus escravos que andam no ganho, sob os números 99 e 100, aconteceu que o de nº 100, de nome Antonio, nação Ussá, recolhendo-se para casa depois da Ave-Maria, um grupo de africanos moleques na Baixa de Sapateiros arrancassem do pescoço a chapa, que trazia o dito escravo, vindo espancado”. A senhora do escravo haussá solicitava que o dinheiro pago pela chapa perdida fosse devolvido, como seria o de todos que a haviam adquirido, conforme a ordem da Presidência da Província de que ela seria gratuita. A Câmara deferiu o pedido, lavrando em ata que o incidente “denota falta de ação policial”, uma crítica velada ao governo provincial — ou seja, Sinimbu —, responsável pelo policiamento de Salvador.³⁴

Mas a polícia dificilmente poderia controlar toda a cidade. Inclusive porque os ganhadores atraíram aliados para o movimento: parte da comunidade africana viera a campo apoiá-los, nomeadamente seus rapazes e suas mulheres. Já disse e repito que estas controlavam boa fatia do pequeno comércio de Salvador. Ganhadores e ganhadeiras dividiam a soberania das ruas. Apesar de não participarem dos cantos, uma instituição masculina, elas se faziam presentes nas redes mais amplas de trabalhadores africanos da cidade, podiam ser parte de suas famílias, suas mães, mulheres e filhas. E devem ter ajudado o movimento não apenas desencorajando as deserções e enxovalhando os desertandeiros”, o que provavelmente eram na sua maioria.³⁵ Como negociantes de comida, não duvido que a tivessem fornecido fiado a ganhadores que havia

dias não faziam vintém. De toda sorte, o quadro da resistência se ampliava em número e gênero entre os que tinham uma percepção crítica do momento.

Acompanhando as mães no serviço, já no trabalho ou à solta na molecagem, os meninos crioulos eram outros personagens conspícuos da cena pública oitocentista. Muitos deviam ser filhos de pais grevistas. Esses "moleques", como eram chamados crianças e adolescentes negros, frequentavam os relatos de viajantes, os relatórios policiais e mesmo a crônica política. Nos motins antiportugueses e outros levantes das décadas de 1820 e 1830, figuraram como certos apedrejadores contra procissões e tropas portuguesas, contra ativistas conservadores ou apenas transeuntes de pele mais clara. Suas traquinagens não pararam com o passar do tempo, sequer mudaram eles sua plataforma de lançamento de projéteis, o elevado largo do Teatro (atual praça Castro Alves), onde já atuavam no tempo dos conflitos da independência. Em 1868, segundo *O Alabama*, uma outra geração de apedrejadores continuava a tradição: "Os meninos, da rampa do Teatro, divertem-se em atirar pedras em quem pela distância não os pode alcançar", reportou o jornal. Em 1857, junto com as quitandeiras, eles azucrinavam os pobres escravos, forçados pelos senhores a furar a greve. Por traição ao canto, esses escravos eram colocados "na roda" e submetidos à humilhação pública, à arrelia, ao xingamento, ao apupo e, no limite, à violência irrompida no interior de uma classe de trabalhadores dividida pelo estatuto da escravatura.³⁶

*

No quarto e quinto dias de greve, nenhuma novidade percebida pelos observadores da imprensa, exceto um ou outro incidente entre ganhadores e alguns escravos que se arriscaram a aparecer chapeados em público. *O Jornal da Bahia*, entretanto, começou a transmitir sinais de alarme, ao mesmo tempo que tentava entender melhor o que acontecia a seu redor. Em 5 de junho, ele noticiou: "Essa resistência inesperada, que há três dias não passava de uma novidade como outra qualquer, vai tomando um caráter de crise".

Termo forte: crise! Aos poucos os editores foram elaborando conceitualmente o que se oferecia diante de seus olhos. Numa outra edição, dez dias depois (15/06/1857), lançavam o conceito de "resistência passiva" para definir o movimento. O jornal usava uma expressão que a gente imagina afeita apenas aos

meios acadêmicos atuais, uma categoria analítica, a exemplo de *resistência escravidã*. Mas lá estava ela, empregada como categoria política para definir, no calor e suor da hora, a greve dos ganhadores.³⁷ Uma categoria “nativa”, diria um antropólogo. Resistência inesperada, realmente, embora pacífica, mas nem por isso menos perturbadora. Os baianos não deviam dormir em paz numa cidade paralisada por africanos musculosos, zangados, alguns talvez veteranos das revoltas escravas d’outrora, e onde já se falava de abolicionismo em sociedades organizadas por jovens idealistas, alunos brancos ou levemente mestiços da Faculdade de Medicina. Naqueles dias em que ocorria a greve, a Sociedade Abolicionista da Escravatura, formada por esses estudantes, elegia sua nova diretoria. O mundo se tornava cada vez mais complexo naquela altura do século. Ficava mais fácil entender uma revolta como a dos malês — mas o que era *aquilo*?!³⁸

Os contemporâneos lançaram mão de um cardápio titubeante de vocábulos para definir o movimento de 1857. Não o chamaram de “greve”, termo de origem francesa (*grève*) usado desde o final do século XVIII para designar suspensão coletiva do trabalho, embora já houvesse quem no Brasil o empregasse com igual semântica em meados do século XIX.³⁹ “Parede” era, então, o termo mais comum para as circunstâncias. Conforme já dito aqui, em 1857, os vereadores definiram o movimento como “conluio ou parede entre africanos libertos e os escravos”. Foi também assim, quiçá a imitar os edis baianos, que um correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* se referiu ao episódio, ao escrever: “A postura das *chapas* dos ganhadores [...] assim como a *parede* que os mesmos fizeram no primeiro dia de sua execução”, e seguia um balanço dos acontecimentos.⁴⁰ Em dicionário do final do século XVIII, “parede” é registrado para significar insubordinação de estudantes que se recusam a entrar na sala de aula para escutar suas lições, acepção que adentrará o século seguinte. Só mais tarde o vocábulo evoluiria para representar a suspensão coletiva do trabalho como repertório de protesto.⁴¹

Contudo, uma palavra mais forte foi também lançada ao público leitor para falar do movimento dos ganhadores. Num longo balanço do movimento, o *Jornal da Bahia* de 5 de junho de 1857, uma sexta-feira, tentou entendê-lo por meio de uma nova configuração conceitual e o classificou como “ameaçadora crise, uma revolução”, a “revolução dos ganhadores”; e estes seriam “novos revolucionários”, que tinham “entendido dever impor seus interesses”. Não era só este periódico que batia nessa tecla de sentidos. A carta de um resi-

dente em Salvador, testemunha dos acontecimentos, publicada no *Correio Mercantil* carioca, afirmou estar em curso na província nortista — o Nordeste ainda não tinha sido inventado como região — uma “revolução pacífica dos africanos ganhadores: é uma novidade nova que tem feito aqui seu barulho”.⁴² Os contemporâneos reconheceram tratar-se de coisa novíssima, impactante, identificando sem rodeios o protagonismo dos africanos organizados e a radicalidade de sua ação coletiva.

Não obstante a semântica ainda incerta do vocábulo “revolução” na Bahia daquele tempo, não se duvida que fosse entendido como abalo profundo da ordem, ou como uma ordem em crise. Orientando o significado do termo estavam movimentos grandes, como a Revolução Francesa e, ainda na França, o recente movimento de 1848. Mas assim foram também frequentemente definidos episódios menos explosivos da história colonial ou imperial brasileira, como a conspiração de 1798, na Bahia, o movimento de 1817, em Pernambuco, a própria independência do Brasil, em 1822, as revoltas do período regencial (1831-40) e, por fim, a mais recente Praieira, esta acontecida a uma distância de apenas dez anos da parede africana em Salvador. Movimentos muito diversos, a indicar a polissemia do vocábulo. De todo modo, imaginar a parada dos ganhadores como “revolução” era uma ousadia conceitual, e fazê-la acompanhar da expressão “ameaçadora crise”, como na pena dos vereadores, tornava mais claro o que eles queriam significar. Parecia que apenas o presidente da província não estava entendendo a gravidade da situação.⁴³

Mas espere! O jornal tinha interesse político específico em representar como cataclismo social a disposição dos ganhadores. Era órgão da imprensa conservadora e, portanto, buscava demonstrar a responsabilidade do presidente liberal pela “calamidade” da greve, atribuindo-lhe sem sutileza uma ignorância alagoana sobre a Bahia — pois “que vem de fora” o governante. Como de praxe, vinha de fora o que ameaçava a paz e a segurança internas da ordeira Bahia, a exemplo dos africanos e dos portugueses. Agora tratava-se do presidente nascido em Alagoas. O periódico chegava a colocar na boca dos vereadores a acusação de que, sob Cansação de Sinimbu, a província estava a ser “**governada por africanos**” — para que maior evidência de revolução? —, acentuando em negrito, e bem a propósito, essas palavras. O presidente, continuava o articulista, teria demonstrado fraqueza (ou “generosa complacência”) no trato com os ganhadores paredistas — na “quase totalidade africanos, e em máxima parte

livres e libertos” —, pois acolhera a legalidade da postura num dia para em seguida revogá-la, minando no processo a autoridade municipal.

A simples revogação do imposto não surtira o efeito desejado porque, ironizava em chave racista, “os tais pretinhos não querem também sujeitar-se a trazer uma chapa ao pescoço”. Atitude presidencial semelhante, lembrava o jornal, teria provocado a Cemiterada, em 1836, quando uma multidão destruiu, sem oposição policial, o cemitério do Campo Santo para opor-se à lei que proibia enterros no interior das igrejas; ou a Sabinada, em 1837-8, a revolta federalista que conquistou Salvador durante quatro meses.⁴⁴ Não arriscou, porém, lembrar a Revolta dos Malês, acontecida naquela mesma altura, talvez para não colocar ideias inconvenientes na mente dos grevistas, nem acicatar o medo que já devia circular na mente de numerosos leitores. Mas definia a paralisação africana como uma “revolução” feita por “homens de pulso”, cujo desdobramento preocupava. “Qual será o resultado?”, interrogava o periódico. Acho que aqui alguma memória dos malês se insinuava na pena do articulista.

O correspondente do *Correio Mercantil* carioca também repercutiu na Corte a estupefação geral, ao escrever que, apesar da revogação da postura, “os negros ou seus senhores ainda não estão satisfeitos; e a falta de ganhadores continua”. E observou em tom de deboche: “Somos grandes para essas cousas; e se em toda parte aparecer o que entre nós se vê, estamos muito adiantados sobre legislação, porque aqui até os Africanos legislam”. E enviou suas impressões a bordo do vapor inglês que, vindo da adiantada Europa, seguiria para a capital do Império. Na Corte, os jornais também viram esse resultado com pessimismo. O *Diario do Rio de Janeiro* sentenciou: “assim como as cousas se passaram, os pretos carregadores reconheceram suas forças, e ficaram habilitados para fazerem parede todas as vezes que lhes convier, e que entenderem que é esse o meio de se oporem às leis”.⁴⁵ Temia-se que os africanos da Bahia estivessem fundando uma tradição.

O presidente Sinimbu não parecia preocupado com nada disso. Naquela mesma sexta-feira seguiria tranquilo para sua terra, Alagoas, a bordo do vapor brasileiro *Magé*, “fazendo queimar bom carvão às custas do Estado”, alfinetou o *Jornal da Bahia* (06/06/1857). E perguntava o mesmo jornal: “Mas que faria S. Ex^a se no caminho lhe aparecessem os negros ganhadores com as chapas entre os dentes?”. Se o presidente teve esse negro pesadelo no mar, não sabemos. O fato é que os baianos terminavam aquela semana com pesadelo de

livres e libertos" —, pois acolhera a legalidade da postura num dia para em seguida revogá-la, mimando no processo a autoridade municipal.

A simples revogação do imposto não surtira o efeito desejado porque ironizava em chave racista, "os tais pretinhos não querem também, sujeitar-se a trazer uma chapa ao pescoço". Atitude presidencial semelhante, lembrava o jornal, teria provocado a Cemiterada, em 1836, quando uma multidão destruiu a sem oposição policial, o cemitério do Campo Santo para opor-se à lei que proibia enterros no interior das igrejas; ou a Sabinada, em 1837-8, a revolta federalista que conquistou Salvador durante quatro meses.⁴⁴ Não arriscou, porém, lembrar a Revolta dos Malês, acontecida naquela mesma altura, talvez para não colocar ideias inconvenientes na mente dos numerosos leitores. Mas definia a pámeo que já devia circular na mente de numerosos leitores. Mas definia a párealização africana como uma "revolução" feita por "homens de pulso", cujo desdobramento preocupava. "Qual será o resultado?", interrogava o periódico. Acho que aqui alguma memória dos malês se insinuava na pena do articulista.

O correspondente do *Correio Mercantil* carioca também repercutiu na Corte a estupefação geral, ao escrever que, apesar da revogação da postura, "os negros ou seus senhores ainda não estão satisfeitos; e a falta de ganhadores continua". E observou em tom de deboche: "Somos grandes para essas cousas e se em toda parte aparecer o que entre nós se vê, estamos muito adiantados sobre legislação, porque aqui até os Africanos legislam". E enviou suas impressões a bordo do vapor inglês que, vindo da adiantada Europa, seguiria para a capital do Império. Na Corte, os jornais também viram esse resultado com pessimismo. O *Diário do Rio de Janeiro* sentenciou: "assim como as cousas se passaram, os pretos carregadores reconheceram suas forças, e ficaram habilitados para fazerem parede todas as vezes que lhes convier, e que entenderem que é esse o meio de se oporem às leis".⁴⁵ Temia-se que os africanos da Bahia estivessem fundando uma tradição.

O presidente Sinimbu não parecia preocupado com nada disso. Naquela mesma sexta-feira seguiria tranquilo para sua terra, Alagoas, a bordo do vapor o *Jornal da Bahia* (06/06/1857). E perguntava o mesmo jornal: "Mas que faria entre os dentes?". Se o presidente teve esse negro ganhadores com as chapas mos. O fato é que os baianos terminavam aquela semana com pesadelo de

branco: andar a pé, por falta de carregador de cadeira; levar eles próprios cartas ao correio, por falta de ganhador de cesto; pegar água na fonte, por falta de aguadeiros; além do desabastecimento geral da cidade, por falta de cangueiros para transportar as mercadorias encalhadas no porto. Como era bom ter africano para prover tudo isso! E ainda tinha gente querendo-os expulsar da Bahia. Com efeito, num tom bem-humorado, o correspondente do *Correio Mercantil* escreveu, no início da paralisação, que os africanos tinham obrigado “o respeitável público a carregar suas trouxas, o que é muito justo, por não haver a menor dificuldade em a gente carregar para si, quando fisicamente não nos achamos inabilitados; só pode haver nisto falta de jeito, mas tanto se aprende com a prática”.⁴⁶ Entretanto, o baiano branco não queria aprender a desempenhar tarefas de negro, queria ter o negro para carregá-lo e carregar suas trouxas e trecos.

No domingo, 7 de junho, um grande número de senhores se ocupou em escrever petições de matrícula para serem entregues à Câmara Municipal no dia seguinte. E de fato, na segunda-feira, dia 8, quando a paralisação completava uma semana, os primeiros carregadores de cadeira apareceram em campo. O canto do largo do Teatro, lugar estratégico de articulação viária da Cidade Alta, e o canto da rua de Baixo de São Bento (atual Carlos Gomes), próximos um do outro, estavam cheios. Com um detalhe: ninguém trazia a chapa de identificação. No dia seguinte, segundo o *Jornal da Bahia* (10/06/1857), os cantos de cadeiras estavam quase todos “sortidos de carregadores”, e muitos ganhadores já transportavam cargas, inclusive retiradas da alfândega. Todos permaneciam sem chapa. Mas ainda faltavam braços para normalizar a circulação das mercadorias acumuladas durante o movimento, que em parte continuavam sendo carregadas por carroceiros livres.

O aparecimento dos ganhadores tinha uma explicação. Naquela mesma terça-feira, 9 de junho, a Câmara Municipal — “querendo dar uma prova não equívoca dos desejos que a animam de promover [...] todo o bem dos seus munícipes” — revogaria a postura de março, substituindo-a por outra mais branda. A decisão não tinha sido unânime. Um vereador votou contra. Outro retirou-se em protesto. O debate foi acirrado. Um contemporâneo assim descreveu a sessão: “Foi o diabo na Câmara contra a revogação da postura, e depois de calorosa discussão até às seis horas da tarde, em que disseram os *ilustríssimos* tudo quanto quiseram, foi uma comissão ao governo”. Com a Câmara

Municipal funcionando ainda em alta tensão, a minuta da nova postura foi levada ao vizinho Palácio Presidencial. Com data de 9 de junho de 1857, estava assim redigida:

Ninguém poderá exercer a profissão de ganhador, quer seja livre ou escravo, sem que seja matriculado na Câmara, da qual receberá uma chapa com o número respectivo, sendo obrigado a trazê-la em lugar visível.

Os ganhadores livres, para que obtenham a matrícula e a chapa, deverão apresentar um certificado de abonação da autoridade do distrito em que morarem, e na falta deste de pessoa reconhecidamente idônea.

Todo aquele que for encontrado sem a respectiva chapa, ou a trazer falsa ou viciada, será condenado em oito dias de prisão e 30 mil-réis de multa, pagos da cadeia. Ordeno, portanto, que neste sentido se expeçam as necessárias comunicações.

E logo retornou a comissão a plenário com a postura aprovada, ainda que "interinamente", pelo presidente em exercício, o desembargador baiano Manoel Messias de Leão. A lei municipal seria publicada na imprensa no dia seguinte, véspera do feriado de Corpus Christi, mais um dia de folga para os grevistas pensarem no que fazer doravante.⁴⁷

Para os ganhadores, o resultado da parede seria motivo de celebração moderada. Caíram o imposto, o pagamento pela chapa e os termos da fiança. Mas o imposto apenas mudava de dono, pois logo ficaria estabelecido que do cofre da municipalidade passaria sem protestos para o da Fazenda Provincial, conforme já indiquei no capítulo anterior. A fiança permaneceu, embora se ampliasse o número de personagens que a pudessem emitir, o que talvez constituísse o principal ganho. E lá permanecia a maldita chapa — alvo capital da resistência africana —, que antes era onerosa, agora pelo menos gratuita. Mantinha-se também uma punição severa para o ganhador que infringisse a lei municipal. O pós-greve prometia ser movimentado.

8. Matrículas: o contraponto paternalista

Um balanço das datas em que os ganhadores escravizados foram matriculados indica que a maioria deles ou dos seus senhores esperou o fim da greve, no dia 12 de junho, para fazê-lo. Antes, apenas 128; daí por diante, 269 (68%) das 397 matrículas cujas datas foram declaradas. Considerando todo o mês de junho, foram 287 (72%) matrículas, alcançando um pico de 55 apenas no dia 12 de junho. Um grande número desses escravos, 110, equivalente a 28%, só se registrou em julho e agosto.

Para propiciar ao leitor o sabor dos documentos, segue pequena amostra dos pedidos de matrícula, dos quais, excepcionalmente, mantive grafia e pontuação originais.¹ Alguns proprietários foram solenes, como este que destaco:

Ilmo. Sr. Presidente e mais membros da Camera Municipal

Diz Felizardo Joze de Faria, morador a Rua da Forca Velha, que elle tem um Negro, de Nação Angola, e de nome Salvador, o qual se ocupa em ganhar, como agora o não pode fazer sem que ande monido da competente Licença e Chapa, em virtude da pustura dessa Mesma Camera, vem por meio desta solicitar uma e outra para poder o seu dito escravo, o cuparce como costuma em ganhar.

E. R. M. [Espera Receber Mercê]

Felizardo Joze de Faria

Ou um requerimento mais rápido, um tanto desajeitado, embora deferente, escrito por um pequeno escravista: "Cypriano José da Costa vai tomar da Ilma. Camera huma chapa para seu único Preto José Angola que anda no ganho morador ao Portão da Piedade nº 42".

Como este, os pedidos eram, na sua maioria, além de rápidos, mais diretos. "Joaquim José Vas Ferreira vem alistar o seo Escravo Benedito Nação Mina morador na Rua do Passo nº 59 no serviço de ganhador", e assinava. Outro: "Francisco José de Brito, morador a rua dos Perdões Freguesia de Santo Antonio casa nº. 56, quer tirar licença para seu escravo de nome Caetano, nação Angolla, matricularce no serviço de Ganhador. Ba. 5 de Janeiro de 1857". E neste caso foi assinado por um procurador, talvez porque o senhor não soubesse escrever. Mais uma solicitação, esta de um senhor um pouco mais próspero: "Domingos José de Faria precisa licença para os seus três Escravos Felipe Mina carregador de lenha, Agostinho Angola, Servente de Pedreiro, Gaspar Tapa, Servente de Pedreiro, Morador ao Beco do Chegaes, Casa nº 6, B. C. Freguezia da Sé. Ba. 6 de Julho de 1857". Assinado pelo próprio senhor. E ainda: "Francisco Maria da Costa Chastinet, morador na Freguesia da Sé, na casa nº 44 às Portas do Carmo, vem matricular ao seu escravo de nome Luiz Nação Angola para puder ganhar nas ruas d'esta Cidade. Bahia 13 de Junho de 1857".

Um número grande de proprietários matriculou seus escravos por meio de procuradores, sobretudo as mulheres, que quase invariavelmente o fizeram desse modo para se manterem no recato do lar. Bernardino de Melo Brandam matriculou um ganhador como procurador de d. Camilla Honoria Fonseca Coelho, e outro da irmã dela, d. Constância Perpetua Fonseca Coelho, ambas moradoras na rua do Rosário de João Pereira, mas em endereços diferentes. O capitão Silvestre Cardoso de Vasconcelos, morador na rua do Bacalhau, na Sé, matriculou por meio de um procurador seus cinco escravos: Esequiel, mina, Joaquim e Manuel, jejes, Ricardo e Francisco, nagôs, "para poderem ganharem [sic]".

Parentes também faziam as vezes de procuradores, como Martiniano Severo da Rocha, que matriculou Bibiano, escravo nagô, como representante da "demente" d. Flora Maria da Rocha, provável parenta sua. Tais arranjos podiam entrelaçar diversas gerações da mesma família escravista. O negociante Antonio José de Souza Gouvêa matriculou um escravo de seu filho, Alfredo Americo de Souza Gouvêa, e outro de seu pai, Luiz Antonio de Souza Gouvêa.

O escravo do filho chamava-se Vitalino, era nagô, com idade declarada de trinta anos (provavelmente importado depois de 1831), e foi registrado na Câmara Municipal “como carregador de cesto, e de tudo mais que o mandarem carregar ou fazer”. O cativo do pai, este morador em Santo Amaro, no Recôncavo, era Miguel, também nagô, teria 25 anos (decerto produto de contrabando), igualmente direcionado ao ganho do cesto e de tudo o mais. O senhor morava em uma cidade e o escravo em outra, onde as oportunidades do ganho eram maiores e produziam mais lucro. Naquele mesmo dia, o pai de Alfredo e filho de Luiz matriculou seu próprio escravo, Francisco, de 41 anos, nagô e carregador do que desse e viesse, como os demais. Todos os cativos moravam juntos na rua do Tijolo, nº 12, na Sé, desacompanhados dos senhores. Pau para toda obra: era a que os escravos dessa família tinham sido destinados. Resta saber se seguiriam à risca esse roteiro senhorial, logo eles que trabalhavam longe das vistas de seus donos. Porém, não interessa o que fizessem, tinham que “pagar a semana” a seus senhores.

Alguns proprietários eram ricos, outros viriam a ser famosos. Manoel José Lopes tirou licença para seis ganhadores, três deles nagôs “carregadores de cadeira e mais serviços”, os demais “ganhadores a cesto e mais serviços”. O médico e renomado educador Abilio Cezar Borges, futuro barão de Macaúbas, matriculou três escravos no ganho, os africanos Manoel e Francisco e o cabra Aleixo. Naquele ano de 1857 lhe fugira o escravo José, um cabra forte e banguelo, por cuja captura o senhor gratificava com 200 mil-réis, valor de quatro pianos. Ainda no mesmo ano, Abilio publicaria um relatório sobre a instrução pública na Bahia, elaborado a pedido do presidente Sinimbu. No ano seguinte, ele fundou sua própria instituição de ensino, o Gymnasio Bahiano, onde estudariam os abolicionistas Castro Alves e Rui Barbosa. O próprio Abilio mais tarde se converteu à causa da abolição. Por enquanto o temos como o escravista que matriculou seus ganhadores africanos e buscava pelos jornais um cabra seu fugido em 1857.²

Só uns poucos senhores acreditaram precisar de um atestado da autoridade policial antes de encaminhar à Câmara Municipal seus requerimentos. Assim, d. Maria Roza da Conceição, senhora do nagô Manoel, escreveu ao subdelegado do primeiro distrito da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo solicitando que o inspetor de seu quarteirão desse informações sobre a conduta do escravo. No verso de seu requerimento o inspetor anotou que, até aquele momento, Manoel apresentara “uma regular conducta”. De acordo com a

postura, esse tipo de atestado era exigido dos ganhadores libertos, não dos escravos. Pela conduta dos escravos, respondiam os senhores. Mas não entendeu assim d. Conceição, que devia ser uma pequena escravista, talvez liberta, carente de uma assinatura masculina e branca sobre seu pedido de licença.

Em algumas solicitações de matrícula, chama a atenção a confissão de senhores quanto à independência de seus escravos. Manoel Feliciano da Silva Florião escreveu que vinha matricular seu escravo Mauricio, um dos raros crioulos, "que vive de ser ganhador". Ou seja, o escravo era quem vivia de ser ganhador, não o senhor que vivia do ganho do escravo — um eufemismo, naturalmente, mas que depõe sobre como funcionava um largo espectro da escravidão urbana. Antonio d'Araújo d'Aragão Bulcão, de alta linhagem aristocrática, escreveu: "O escravo Vidal — pertencente a meo Tio Joaquim Ignacio d'Aragão Bulcão, é morador na Rua Direita do Palacio — Casa nº 10, tem boa conducta, e por serviço habitual — o ganho". Quer dizer, o escravo de Joaquim Ignacio, coronel da Guarda Nacional e futuro barão de Matoim, morava por si, é o que se deduz desse papel, e podia continuar assim por ter "boa conducta". Seu senhor vivia em seu engenho Matoim, no Recôncavo, freguesia do Passé, enquanto o escravo residia em Salvador.³

Aliás, pouquíssimos senhores explicitaram ser na sua própria casa a residência de seus ganhadores. Joaquim Pereira Caetano, ao contrário, indicou que todos seus cinco africanos "são do meu possessório e se empregão em ser ganhadores e morão em minha casa na Rua do Hospício sem número, Freguesia de S. Pedro". Manoel Rodrigues Valença, ao matricular seus escravos Pedro e Salvador, ambos nagôs, declarou que eles eram "moradores em sua casa de nº 17 defronte do [convento do] Carmo", na freguesia do Passo. Em muitos pedidos de matrícula, o endereço declarado não é do senhor ou da senhora, mas o do próprio escravo.

Arranjos dessa ordem vinham de longe e eram vistos com naturalidade naquela sociedade. Alguns exemplos. No ano de 1830 morreu Antônio, escravo jeje de Francisca da Trindade Gama, madre professa do convento de Santa Clara do Desterro, que recebia semana do cativo. No registro de óbito deste, o pároco escreveu que "vivia sobre si" com tenda de sapateiro à rua da Preguiça, onde morava e onde falecera "com todos os sacramentos, de moléstia interna, e com cinquenta anos na aparência". Por contraste, o padre registrava da seguinte maneira o óbito do escravo que vivesse na companhia do senhor: "em

cuja casa e poder falecera”.⁴ Os termos — “sobre si”, “casa”, “poder” — exprimem relações micropolíticas diferenciadas, contrapondo experiências escravas que denotavam maior ou menor autonomia face ao senhor.⁵

A permissão senhorial para o escravo viver sobre si campeava em Salvador na época da Revolta dos Malês, mas verificou-se que o costume beneficiara a conspiração, levando as autoridades a proibi-lo. Com o tempo, porém, a lei caducou, decerto por interferir na dinâmica da escravidão urbana. Acontecia em toda parte. No Rio de Janeiro, um projeto draconiano de aditamento ao Código de Posturas de 1838 tentou proibir que os senhores consentissem que seus escravos morassem “sobre si, a pretexto de quitandarem ou por qualquer outro”. A punição seria pesada: os senhores podiam sofrer prisão de até trinta dias, e os escravos, castigados com cem açoites. Mas a reforma do código terminou sendo arquivada, certamente porque contrariava interesses enraizados dos senhores urbanos, grandes e pequenos. Na Bahia, pelas mesmas razões, a proibição de os escravos viverem sobre si acabaria esquecida.⁶

Em 1857, alguns requerimentos de matrícula chegaram a ser feitos em nome dos escravos mesmos, pelo menos no linguajar utilizado. Num deles se lê: “O africano Augusto, nação ussá, escravo de José Eleuterio Vieira, morador na Freguesia de Santanna, rua direita de Nazareth, e casa nº 5 [vem pedir] ser matriculado, na conformidade do edital da Câmara, publicado no Jornal da Ba. de 3 de Junho de 1857”. E assinava seu senhor, que no entanto parece ter tido problema em ver o escravo matriculado, pois abaixo de sua assinatura escreveu uma mensagem ao “Sr. Carvalho” — provavelmente Francisco Antonio de Magalhães Carvalho, porteiro da Câmara — perguntando-lhe por que a expressão “africano” fora riscada no papel pelo funcionário. Infelizmente não temos o registro da resposta do sr. Carvalho.

Outra solicitação de matrícula foi escrita um dia após a abolição da taxa pela Câmara, e nos seguintes termos: “Os pretos africanos de nome Ignacio, carregador de cadeira, Hilario, do mesmo officio, Antonio ganhador, querem ser matriculados afim de poderem continuar no seu serviço. Todos são escravos do casal do finado João Vitor Moreira, moradores na Freguesia de S. Pedro em S. Raimundo”. Os escravos queriam eles próprios ser matriculados e ninguém assinava a petição. É óbvio que esses ganhadores viviam sobre si.

Outros pedidos explicitam a ausência do senhor ou preposto seu no ato da matrícula. Nesses casos ele escrevia sobre uma folha de papel que mandava

ser entregue pelo próprio escravo à portaria da Câmara. "Vae meo escravo Pedro Africano matricular-se na Camara Municipal, e receber a competente chapa, ou distinctivo da sua numeração para o serviço do ganho", escreveu o respeitável advogado Luiz Rodrigues d'Utra Rocha — diretor do Banco da Bahia, vereador e alambiqueiro em Santo Amaro, vice-presidente da província, escrivão da Santa Casa —, que repetiu o mesmo bilhete para mais dois escravos seus. Uma senhora, moradora da ladeira do Taboão, Clementina Livinda Divicco, usou praticamente os mesmos termos: "Vai o meo escravo Joaquim carregador de cadeira arrolar-se e receber a competente chapa". E d. Felicia Carolina Accioli de Azevedo, que desconhecia até o número da postura em pauta, mandou avisar ao presidente e demais vereadores da Câmara que seus africanos Benedicto, Braz, Nicolau e Narcizo "irão [...] receber a competente chapa, para que possam exercer a profissão de ganhadores". A sra. Margarida Francisca Pontes também pediu a um procurador que escrevesse: "O Portador hé o africano de nome Pio", que ia ele mesmo matricular-se "para o exercício de ganhador e carregador de cadeira". Bernardo Dias Moreira escreveu com ainda maior clareza: "Os Portadores são Africanos de nome Miguel e Joaquim, escravos do abaixo assinado, morador a Rua dos Barris na propriedade da Rossa do Sr. Domingos José Martins, que vem matricular-se para o exercício de ganhadores e carregadores de cadeira". Já vimos que o dono da roça era traficante e vivia na Costa da Mina, como também já disse antes que seus escravos viviam sobre si, o que se confirma neste pedido de licença.

Nenhuma solicitação de matrícula poderia sintetizar melhor do que esta o que temos lido a respeito da relativa independência dos escravos ganhadores:

Declaro que o Africano Nagô de nome José é meu escravo e que pela confiança que me merece o julgo capaz de exercer a profissão de ganhador; sendo morador à casa nº 47, rua de Baixo, Freguesia de S. Pedro Velho. Ba. 19 de Agosto de 1857.

A rogo do

Sr. José Vicente Ferreira do Rosário

Jacinto Barros Galvão

Se este senhor era o mesmo tenente do Exército, José Vicente Ferreira, ele morava na rua dos Coqueiros, freguesia do Pilar, Cidade Baixa, enquanto seu escravo vivia na Cidade Alta, na rua de Baixo de São Bento. O bilhete registra

no pulveta "confiança" a chave que abria a porta para esse tipo de relação que permeava a escravidão urbana. Resultado das negociações, a iniciativa do escravo certamente contava para se chegar a tanto.

A vontade do escravo podia se expressar noutros termos. O senhor de engenho São Gonçalo do Poço, José Joaquim Barretto, que veio a Salvador com "dois escravos de cadeira" seus, resolveu tirar matrícula para eles, David e Thomsinho, "querendo evitar qualquer acontecimento que possam os ditos fazer em ganho sem o seu consentimento". Pelo que entendi, o senhor buscou evitar transtornos, como a prisão por um fiscal e a consequente multa, caso os africanos decidissem ir ao ganho fazer uns trocados nas horas vagas "sem o seu consentimento", repito. Barretto devia saber do que seus escravos eram capazes.

Numerosos africanos libertos, e até alguns escravizados, eram donos de escravos, mas tal informação se encontra ausente dos pedidos de registro de ganhadores, exceto em um caso. O liberto africano João Rodrigues Lemos, morador na ladeira da Saúde, nº 36, matriculou seu escravo Benedito somente em agosto, dois meses após encerrada a greve. Apenas mais um africano desconfiado. Como não sabia escrever, sua solicitação à Câmara Municipal foi feita a seu rogo pelo dono de padaria Caetano Alberto da França, que também subscreeveu, sem precisão, enquanto "abonador da conduta do referido" escravo. A postura não exigia esse tipo de fiança, a não ser para o liberto que fosse empregar-se como ganhador, e este pode ter sido o caso do africano João Rodrigues. Ou seja, escravo e senhor deviam ser, ambos, ganhadores.

É de desconfiar, ao mesmo tempo, que notórios libertos donos de escravos não constem na matrícula de 1857. Por exemplo, Manoel Joaquim Ricardo, que possuía alguns cativos no ganho, não registrou sequer um. Outros matricularam poucos dos que tinham, como Antônio Xavier de Jesus, dono, em 1846, de nove escravos, segundo o arrolamento da freguesia da Conceição da Praia, mas que agora só matriculara três, apesar de fazê-lo no momento em que se tornava herdeiro universal de seu falecido rico senhor, também ele africano. Uma possibilidade remota é que muitos pedidos de licença tenham se perdido e, entre eles, por coincidência (!), todos feitos por Manoel Joaquim, e pelo menos alguns de Antônio Xavier. Além disso, fico a imaginar se os ricos libertos de Salvador não teriam escondido seus ganhadores, por temerem cair nas garras do governo no dia em que este resolvesse confiscar suas propriedades. Pelo que temos visto até aqui, a cautela era compreensível.*

na palavra "confiança" a chave que abria a porta para esse tipo de relação que permeava a escravidão urbana. Resultado da negociação, a iniciativa do escravo certamente contava para se chegar a tanto.⁷

A vontade do escravo podia se expressar noutros termos. O senhor do engenho São Gonçalo do Poço, José Joaquim Barretto, que veio a Salvador com "dous escravos de cadeira" seus, resolveu tirar matrícula para eles, David e Theotonho, "querendo evitar qualquer acontecimento que possam os ditos fazer em ganho sem o seu consentimento". Pelo que entendi, o senhor buscou evitar transtornos, como a prisão por um fiscal e a consequente multa, caso os africanos decidissem ir ao ganho fazer uns trocados nas horas vagas "sem o seu consentimento", repito. Barretto devia saber do que seus escravos eram capazes.

Numerosos africanos libertos, e até alguns escravizados, eram donos de escravos, mas tal informação se encontra ausente dos pedidos de registro de ganhadores, exceto em um caso. O liberto africano João Rodrigues Lemos, morador na ladeira da Saúde, nº 36, matriculou seu escravo Benedito somente em agosto, dois meses após encerrada a greve. Apenas mais um africano desconfiado. Como não sabia escrever, sua solicitação à Câmara Municipal foi feita a seu rogo pelo dono de padaria Caetano Alberto da França, que também subscreveu, sem precisão, enquanto "abonador da conduta do referido" escravo. A postura não exigia esse tipo de fiança, a não ser para o liberto que fosse empregar-se como ganhador, e este pode ter sido o caso do africano João Rodrigues. Ou seja, escravo e senhor deviam ser, ambos, ganhadores.

É de desconfiar, ao mesmo tempo, que notórios libertos donos de escravos não constem na matrícula de 1857. Por exemplo, Manoel Joaquim Ricardo, que possuía alguns cativos no ganho, não registrou sequer um. Outros matricularam poucos dos que tinham, como Antônio Xavier de Jesus, dono, em 1846, de nove escravos, segundo o arrolamento da freguesia da Conceição da Praia, mas que agora só matriculara três, apesar de fazê-lo no momento em que se tornava herdeiro universal de seu falecido rico senhor, também ele africano. Uma possibilidade remota é que muitos pedidos de licença tenham se perdido e, entre eles, por coincidência (!), todos feitos por Manoel Joaquim, e pelo menos alguns de Antônio Xavier. Além disso, fico a imaginar se os ricos libertos de Salvador não teriam escondido seus ganhadores, por temerem cair nas garras do governo no dia em que este resolvesse confiscar suas propriedades. Pelo que temos visto até aqui, a cautela era compreensível.⁸

Fossem senhores pequenos ou grandes, as matrículas permitem perceber um espaço de negociação no âmbito do qual se disputava um jogo de interesses com algumas regras básicas. A autonomia concedida pelo senhor ao escravo implicava que este se comportasse dentro dos limites do negociado, desde o pagamento regular da semana contratada até a lealdade, obediência, deferência, um conjunto de comportamentos, enfim, resumido numa expressão clássica da época: "bons serviços prestados". Em troca, o escravo tinha proteção nas horas de apuro, licença para reter parte do ganho, adquirir bens e dispor da chance para discutir termos de liberdade, fosse esta onerosa ou gratuita. Se essas regras não estavam contempladas no direito positivo, constavam do repertório do costume.

Em torno desses preceitos rolavam ajustes aqui e acolá, lances de empurrar-empurra em que cada lado buscava alguma vantagem extra. Quando o senhor descumpria além do tolerável sua parte do trato, o escravo podia recuar a uma atitude de acomodação estratégica ou reagir dramaticamente, fugir, agredir ou roubar o senhor, por exemplo. Então a negociação desaguava em resistência, embora esta sempre estivesse de algum modo implicada naquela, no estilo da resistência cotidiana, feita na surdina, em gestos pequenos, imperceptíveis, a exemplo da manipulação psicológica, o fazer a vontade escrava parecer a senhorial. Se era o escravo a desviar-se do combinado, a reação do senhor podia variar do confisco do ganho ao castigo físico e, no caso extremo, à venda para fora da província, entre outras medidas. No já distante capítulo 2, quando aquele escravo se recusou continuar a pagar a semana conforme previsto em carta de alforria condicional, sua senhora mandou prendê-lo até que ele voltasse aos conformes do combinado e já registrado junto ao tabelião. Ela era uma pequena escravista, mas tinha o aparato repressivo e legal do Estado do seu lado.

A balança do poder pendia para o lado do senhor (ou da senhora), naturalmente, e muito mais daquele com maior autoridade política e recursos sociais e materiais a seu dispor no momento em que o escravo decidisse contrariar seu mando. Ou seja, sobre a arena da negociação pairava, sempre pronta a desabar, uma nuvem carregada de violência característica do regime escravocrata em estado puro. Isso valia também, em grande medida, para os libertos, os quais, como temos visto, desfrutavam de uma liberdade cheia de limitações.⁹

Na postura reformada, os vereadores mantiveram a obrigatoriedade de os libertos apresentarem fiadores por ocasião da matrícula. Com uma diferença importante. Na postura original lia-se: “apresentar fiador que se responsabilize por ele, a fim de poder conseguir a licença e a chapa”. Na nova postura lê-se: “apresentar um certificado de abonação da autoridade do distrito em que morarem e, na falta deste, de pessoa reconhecidamente idônea”. Não parece grande mudança, mas era. No primeiro caso exigia-se que um homem (sempre um homem) livre e presumivelmente branco *se responsabilizasse* pela conduta futura do liberto, nos mesmos moldes que um senhor, em princípio, respondia pela do seu escravo. Isso implicava a criação ou o reforço de um laço de dependência talvez insuportável, no mínimo desconfortável, para o liberto, sem contar que não seria fácil encontrar alguém disposto a arriscar um tal compromisso. Nessa postura, tratava-se apenas de um atestado de comportamento anterior, lavrado por pessoa de confiança do liberto, ou, como alternativa, uma espécie de folha corrida, invariavelmente escrita por um subdelegado, inspetor de quartirão ou juiz de paz. A medida não evitava relações de dependência, mas amenizava um pouco os laços de domínio paternalista nela envolvidos. As narrativas paternalistas se manifestam cristalinas naquelas fianças que os libertos optaram por solicitar aos tais homens idôneos.

Com efeito, além de inspetores de quartirão e juizes de paz, atestaram boa conduta dos libertos ex-senhores (ou “patronos”), parentes, amigos e testamenteiros de ex-senhores, clientes dos ganhadores e donos de imóveis por eles alugados. Esse conjunto de documentos aponta para a existência de ampla rede de relações paternalistas que vinculava os libertos africanos a um leque de tipos sociais que compunham a fração da sociedade livre satisfeita, ou pelo menos tolerante, com a presença dos africanos libertos na Bahia.¹⁰

Começo com os ex-senhores, agora patronos dos seus libertos.¹¹ Manoelino dos Santos garantiu que Jacob Ojé, escravo alforriado por ele havia pouco tempo, “sempre teve bom comportamento tanto como meo escravo como agora forro”. Notem o nome nagô-iorubá, Ojé, um raro reconhecimento da cultura escrava na escrita senhorial, sinal de que Manoelino teria respeitado o desejo de Ojé de manter sua identidade pessoal, sintetizada no nome que recebera na África antes de ser escravizado na Bahia. Outro patrono, Olim-

pio Fiúza Moniz Barreto, que era inspetor de quarteirão na freguesia da Sé, disse sobre seu liberto nagô Luiz que “enquanto esteve empregado no meu serviço por mais de vinte anos sempre teve um comportamento irrepreensível”, e assim permanecera após sua alforria. Elgio Pereira Silva garantiu pelo seu liberto Isak da Silva, ganhador de “regular conducta”, tanto que continuava a morar com o ex-senhor, como no tempo de sua escravidão, à rua do Portão da Piedade. Também de “regular conducta” era seu outro liberto, Francisco da Silva, morador na rua dos Capitães, nº 37. Ambos foram afiançados pelo patrono.

Os termos dos atestados eram variações em torno de um mesmo tema, mas precisamente essas variações e a variedade vocabular neles encontrada dão conta da complexa relação de confiança e até apreço entre os indivíduos envolvidos. “Attesto que o preto David dos Santos carregador de cadeiras foi meu escravo, e hoje liberto é capaz e de ótima conducta”, escreveu José dos Santos, patrono do ganhador. Por *capaz*, vocábulo dos mais usados para afiançar os libertos, entenda-se aqui idôneo, probo, honesto. Já o liberto Roque Porfirio morava nas Portas do Carmo na companhia de seu patrono, o caldeireiro Antonio Porfirio Machado, para quem ele era “de boa conducta, comportamento verdadeiro, muito fiel [...] e se for preciso jurarei”. Tanto que o tinha sob seu teto. Sobre o liberto Antonio, escreveu Francisco José da Rocha: “Foi meu escravo, e é muito bem procedido”.

José dos Santos Colonia, padeiro, taberneiro, comprador do Arsenal da Marinha e alferes da Guarda Nacional, atestou que Silvério Guilherme, ganhador de cesto, Samuel e David dos Santos, carregadores de cadeira, tinham sido seus escravos, e sobre cada um deles escreveu, em papéis separados: “hoje liberto, é capaz e de ótima conducta”. Moravam todos juntos na rua da Fonte do Coqueiro, freguesia de São Pedro Velho, desfrutando de uma amizade estabelecida sob cativo. O dr. Luiz Augusto Villasboas, médico e bibliotecário da Faculdade de Medicina, atestou por seu liberto Alexandre, nagô, por ter ele “sempre bom comportamento”. Assim também o cônsul dos Estados Unidos, o negociante John Smith Gillmer, membro da diretoria da Associação Comercial, abonou a boa conduta de seu ex-escravo Luis Henrique, que com ele morava. No mesmo dia em que registrava um escravo seu como ganhador, o dr. Manoel Ladislau Aranha Dantas, professor catedrático de patologia externa da Faculdade de Medicina, escreveu um atestado para Antonio, que fora seu es-

cravo, e "nessa condição portou-se regularmente; e não me consta que tenha depois prevaricado". Sobre o nagô Benedito, carregador de cadeiras e de cesto, o pequeno negociante e alferes da Guarda Nacional Ignacio José Jambeiro escreveu: "foi meu escravo e sempre procedeu muito bem".¹²

Alguns senhorios, como o próprio Ignacio José Jambeiro, aceitaram abonar o comportamento de seus inquilinos libertos. Os nagôs Julião e Bento pediram matrícula para "ganhar tanto com cadeira, como com cesto". Moravam na rua do Bispo, nº 8, em quartos (ou "lojas", subsolos) alugados de Jambeiro, que também ali residia nos andares superiores. Na margem inferior do pedido de matrícula dos africanos, o alferes rabiscou: "Atesto que Julião e Bento são meus inquilinos, há muitos annos, e nunca procederam mal, o que afirmo". O mesmo Jambeiro tinha um escravo seu no ganho, Antonio, outro nagô, igualmente matriculado em 1857. Um termo de fiança particular destoa de todos os demais porque quatro africanos libertos — Nicolau, José, Ambrosio e Vicente — constam como seus autores, mas o documento fora escrito e assinado por Jambeiro, que cumpriu o papel ao mesmo tempo de "procurador e abonador". E o presidente da Câmara Municipal despachou devidamente: "Aceito a fiança". Ignacio Jambeiro parecia movimentar-se desvolto nos círculos dos libertos africanos, sua rede de dependentes, mas também auxiliava barões, dos quais era ele porventura dependente, na captura de escravos fugidos, conforme anúncio de 1849 publicado em jornal baiano.¹³

A locadora Anna Joaquina Custodia do Espírito Santo, moradora na rua do Rosário do João Pereira, nº 42, foi mais econômica, e no mesmo pedido de matrícula incluiu seu escravo Faustino, nação angola, e o liberto Crispim, nagô, "ambos moradores em sua casa" e provavelmente parceiros do mesmo canto no ganho. Para ela, ter o liberto como seu inquilino seria, por si só, um atestado de boa conduta. O africano José Zeferino, por sua vez, morava com o cidadão Henrique Duarte Rodrigues, que o tinha por ser de "boa conducta". Benedicto e Jorge Godinho, ex-escravos do recém-falecido comendador Francisco José Godinho — rico negociante nascido em Portugal, com lojas em Salvador e Santo Amaro, no Recôncavo —, continuavam morando na casa da família do ex-senhor, à rua Direita do Comércio. A boa conduta de ambos foi declarada por Antonio Tavares da Silva Godinho, parente não sei em que grau do comendador, mas não filho, que não os tinha.

Alguns libertos eram agregados em casas para cujos donos provavelmente prestavam pequenos serviços em troca de abrigo. Funcionário da alfândega e major da Guarda Nacional, Antonio da Costa Chastinet, morador no Centro de São Francisco, nº 17, declarou que Duraque, liberto nagô, era "morador da casa da minha residência" e tinha "boa conducta". O liberto Gaspar, nagô, que acabara de se alforriar, morava na rua do Gravatá com Manuel Correia da Costa, funcionário do Banco Commercial, que garantiu ser o ganhador "capaz e de boa conducta".

Apesar de ter nome de família aristocrática, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque não passava de primeiro escrivão (um dos quatro) da Tesouraria Provincial, mas, cidadão respeitável, se elegeu um dos quatro juizes de paz da freguesia suburbana de Nossa Senhora da Penha. Talvez complementasse seu salário com o aluguel de quartos de seu sobrado na rua do Caquende, freguesia de Santana, onde também moravam três libertos, Agostinho Bento, Pedro Bento e João Anselmo, que deviam ser bons inquilinos ou agregados prestimosos, para serem por ele afiançados como de boa conducta.

Ecos da boa conducta dos libertos quando ainda escravizados ressoam em alguns outros atestados. O finado José da Silva Pereira alforriou em testamento os africanos Guilherme, Salvador, Jacintho, Felipe e Francisco, e o testamenteiro daquele senhor escreveu: "Attesto que elles se conduzem bem, e tanto que mereceram de seu finado senhor e possuidor a liberdade de que gozam desde sua morte, e não me consta que até hoje se tenham desviado do seu procedimento d'então". E finalizava: "por me ser pedido lhes dou esta carta de fiança. Nesse mesmo sentido, Joaquim Antonio Soares escreveu sobre o ganhador Pedro da Rocha: "conheço há muitos anos, sempre foi boa criatura, tanto que seu senhor lhe deu a liberdade por uma quantia bem menor do que o seu valor". Essa a mentalidade que orientava a concessão e o preço da alforria: para chegar lá, ser reconhecido como bom escravo era condição necessária, embora nem sempre suficiente. O médico Antonio José Fonseca Lessa conhecia havia muitos anos o nagô Tito, morador na rua Nova de São Bento, por tê-lo medicado em diversas ocasiões, daí que "soube de seu senhor que era um excelente escravo e de muito boa conducta". Já o respeitável major Francisco Pereira de Aguiar — que tinha em seu currículo a direção de obras militares do Arsenal de Guerra e os cargos de engenheiro da Câmara Municipal, consultor da Santa Casa e mesário do Seminário de São

Alguns libertos eram agregados em casas para cujos donos provavelmente prestavam pequenos serviços em troca de abrigo. Funcionário da alfândega e major da Guarda Nacional, Antonio da Costa Chastinet, morador no Cruzeiro de São Francisco, nº 17, declarou que Duraque, liberto nagô, era "morador da casa da minha residência" e tinha "boa conducta". O liberto Gaspar, que acabara de se alforriar, morava na rua do Gravatá com Manuel Correia da Costa, funcionário do Banco Commercial, que garantiu ser o ganhador "capaz e de boa conducta".

Apesar de ter nome de família aristocrática, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque não passava de primeiro escriturário (um dos quatro) da Tesouraria Provincial, mas, cidadão respeitável, se elegeu um dos quatro juizes de paz da freguesia suburbana de Nossa Senhora da Penha. Talvez complementasse seu salário com o aluguel de quartos de seu sobrado na rua do Caquende, freguesia de Santana, onde também moravam três libertos, Agostinho Bento, Pedro Bento e João Anselmo, que deviam ser bons inquilinos ou agregados prestimosos, para serem por ele afiançados como de boa conduta.

Ecos da boa conduta dos libertos quando ainda escravizados ressoam em alguns outros atestados. O finado José da Silva Pereira alforriou em testamento os africanos Guilherme, Salvador, Jacintho, Felipe e Francisco, e o testamenteiro daquele senhor escreveu: "Attesto que elles se conduzem bem, e tanto que mereceram de seu finado senhor e possuidor a liberdade de que gozam desde sua morte, e não me consta que até hoje se tenham desviado do seu procedimento d'então". E finalizava: "por me ser pedido lhes dou esta" carta de fiança. Nesse mesmo sentido, Joaquim Antonio Soares escreveu sobre o ganhador Pedro da Rocha: "conheço há muitos anos, sempre foi boa criatura, tanto que seu senhor lhe deu a liberdade por uma quantia bem menor do que o seu valor". Essa a mentalidade que orientava a concessão e o preço da alforria: para chegar lá, ser reconhecido como bom escravo era condição necessária, embora nem sempre suficiente. O médico Antonio José Fonseca Lessa conhecia havia muitos anos o nagô Tito, morador na rua Nova de São Bento, por tê-lo medicado em diversas ocasiões, daí que "soube de seu senhor que era um excelente escravo e de muito boa conducta". Já o respeitável major Francisco Pereira de Aguiar — que tinha em seu currículo a direção de obras militares do Arsenal de Guerra e os cargos de engenheiro da Câmara Municipal, consultor da Santa Casa e mesário do Seminário de São

Alguns libertos eram agregados em casas para cujos donos provavelmente prestavam pequenos serviços em troca de abrigo. Funcionário da alfândega e major da Guarda Nacional, Antonio da Costa Chastinet, morador no Cruceiro de São Francisco, nº 17, declarou que Duraque, liberto nagô, era "morador da casa da minha residência" e tinha "boa conducta". O liberto Gaspar, nagô, que acabara de se alforriar, morava na rua do Gravatá com Manuel Correia da Costa, funcionário do Banco Commercial, que garantiu ser o ganhador "capaz e de boa conducta".

Apesar de ter nome de família aristocrática, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque não passava de primeiro escriturário (um dos quatro) da Tesouraria Provincial, mas, cidadão respeitável, se elegeu um dos quatro juizes de paz da freguesia suburbana de Nossa Senhora da Penha. Talvez complementasse seu salário com o aluguel de quartos de seu sobrado na rua do Caquende, freguesia de Santana, onde também moravam três libertos, Agostinho Bento, Pedro Bento e João Anselmo, que deviam ser bons inquilinos ou agregados prestimosos, para serem por ele afiançados como de boa conducta.

Ecoss da boa conducta dos libertos quando ainda escravizados ressoam em alguns outros atestados. O finado José da Silva Pereira alforriou em testamento os africanos Guilherme, Salvador, Jacintho, Felipe e Francisco, e o testamenteiro daquele senhor escreveu: "Attesto que elles se conduzem bem, e tanto que mereceram de seu finado senhor e possuidor a liberdade de que gozam desde sua morte, e não me consta que até hoje se tenham desviado do seu procedimento d'então". E finalizava: "por me ser pedido lhes dou esta" carta de fiança. Nesse mesmo sentido, Joaquim Antonio Soares escreveu sobre o ganhador Pedro da Rocha: "conheço há muitos anos, sempre foi boa criatura, tanto que seu senhor lhe deu a liberdade por uma quantia bem menor do que o seu valor". Essa a mentalidade que orientava a concessão e o preço da alforria: para chegar lá, ser reconhecido como bom escravo era condição necessária, embora nem sempre sufficiente. O médico Antonio José Fonseca Lessa conhecia havia muitos anos o nagô Tito, morador na rua Nova de São Bento, por tê-lo medicado em diversas occasiões, daí que "soube de seu senhor que era um excelente escravo e de muito boa conducta". Já o respeitável major Francisco Pereira de Aguiar — que tinha em seu currículo a direção de obras militares do Arsenal de Guerra e os cargos de engenheiro da Câmara Municipal, consultor da Santa Casa e mesário do Seminário de São

Joaquim — diagnosticou que outro nagô, Ozorio, era, desde escravo, “de bom comportamento, laborioso e digno de confiança”. Apesar de vinculado ao aparato administrativo da Câmara, contra quem os ganhadores se rebelaram, ali estava o engenheiro lavrando fiança por um deles. O paternalismo percorria caminhos misteriosos.

Ultrapassava, por exemplo, as fronteiras da família senhorial para abarcar suas amizades mais próximas, um círculo de relações de dependência no qual se inseria o liberto. Isso explica por que Francisco Barbosa de Araújo escreveu sobre o africano Sansão, a quem conhecia bem: “foi escravo do meu amigo o Padre Eutischio Pereira da Rocha, que sempre o abonou muito. Hoje acha-se forro, e seu comportamento tem continuado irrepreensível; o que declaro por ser verdade e me ter sido pedido”. O liberto era de nação tapa e morador na rua do Genipapeiro. Do mesmo teor é o documento de fiança seguinte: “O Africano Odorico foi optimo escravo do falecido Professor de música João Capistrano Luti, e continua depois de forro com a mesma regularidade de comportamento”, segundo Francisco Barbosa de Araújo. No pedaço de papel se encontra ainda anotado que o liberto era nagô e morava na rua do Gravatá, nas lojas de um certo “Dr. Daniel”, ninguém menos que o delegado e juiz municipal Daniel Accioli de Azevedo.

Foi por ter sido “íntimo amigo” do capitão de milícias Theodoro Ribeiro Sanches, finado senhor de Aleixo Sanches, carregador de cadeira no canto da ladeira de São Bento, que o procurador da vara criminal Cypriano Alves Rigaud sabia ser o liberto “preto de toda a capacidade, o que também o atestão outras pessoas que o conhecem como eu há muitos anos”.¹⁴ Da mesma forma, Rigaud escreveu em favor de Antonio João de Bastos, ganhador nagô do canto do Trapiche das Grades de Ferro, na freguesia da Conceição da Praia, e “que vive de ganho carregando qualquer objecto no comércio desta cidade”. O fiador havia sido amigo de João de Bastos, finado senhor do ganhador, e garantiu “que também atestará muitos dos senhores Negociantes desta praça, que o conhecem como eu há mais de 20 anos”. Bernardo Dias Moreira afiançou, em diferentes atestados, terem tido “até hoje um comportamento regular” os libertos Scipião, Joaquim Leite, Manoel e Francisco. Todos eles eram nagôs e ex-escravos do traficante Domingos José Martins, cujos interesses Moreira representava na Bahia, só para lembrar o leitor de um personagem que já circulou várias vezes por este livro.

O serviço bem-feito e honesto criara confiança de uma clientela que, nesta hora, vinha a calhar, e serve de contraste à fama que tinham de gatunos os negros de ganho. Precisamente essa fama tinha sido uma das principais justificativas anunciadas para a criação da postura de 1857. Na contramão, vários comerciantes escreveram atestados de boa conduta para ganhadores cujos serviços conheciam e aprovavam. Um bom nome na praça foi o que levou os libertos Marcellino e Balthazar a conseguir atestado de Manoel José Magalhães, comerciante e vereador em 1857, que escreveu: "têm gozado de crédito para com as casas de commercio que costumam carregar carroto". O vereador Magalhães, apesar do protesto grevista contra a Câmara Municipal, declarou fiança de mesmo teor em favor do liberto Cezar. Eram moradores na freguesia da Conceição da Praia, o bairro portuário e comercial da cidade. No mesmo embalo, Francisco da Cunha Maciel abonou a conduta de Pedro e Joaquim, garantindo que cada um "tem gozado de credito para com as casas de comércio, para onde costuma conduzir carretos té hoje". O fiador, além de fiscal da Câmara — portanto responsável direto por autuar quem desobedecesse às posturas municipais —, era dono de açougue, para o qual Pedro provavelmente carregara nas costas muita carne, e continuaria a carregar. E três comerciantes atestaram que o liberto Francisco Jesus de Andrade, ganhador no canto do Trapiche Gaspar, "tem tido até o presente boa conducta". Com loja de fazendas inglesas e francesas na rua Direita da Misericórdia, Ambrozio José de Carvalho escreveu sobre o liberto Izak: "é de boa conducta e me responsabilizo pelo mesmo". Posso ver Izak a subir a ladeira da Conceição da Praia, ou talvez a da Misericórdia, carregando rumo à loja de Ambrozio José pesados fardos de tecido chegados da Europa.

Pedro Antonio Velozo da Silveira, tenente-coronel do Exército, deve ter sido muitas vezes carregado na cadeira de arruar pelo liberto Bernardo. Ele afiançou que o africano "é casado, de boa conducta e vive de carregar cadeira no canto da rua de São Bento para a [rua] de Baixo". Rara referência ao estado civil de um ganhador, e sinal de seus bons costumes, o oficial militar quis com isso robustecer a garantia que dava pela conduta do africano. O dr. Joaquim Torquato Carneiro de Campos também tinha seu carregador de cadeira favorito. Tratava-se do preto nagô Francisco, a quem conhecia "há mais de vinte anos, [...] se ocupa de carregar cadeira, e costuma estar no canto do lado do norte da Igreja da Conceição da Praia, e mora na ladeira da

Gameleira número 7-C". A respeito dele, escreveu: "Attesto e abono a sua conducta". Este dr. Joaquim Torquato não limitava seu apoio a este ganhador, especificamente. Foi ele quem, um ano depois, na condição de procurador da Tesouraria Provincial, daria parecer negativo a um projeto de monopólio do serviço de fretes em Salvador, defendendo a livre concorrência e a manutenção dos que "exercem essa indústria em pequena escala", ou seja, os ganhadores africanos.¹⁵

Um esmerado atestado de boa conduta, e dos mais originais entre as dezenas deles, foi escrito por José Vicente de Sá Freire:

Attesto que o Africano liberto de nome José Joaquim da Silva, é de boa conducta, Religioso, e fiel observador das leis do País, e como dele tenha cabal conhecimento, o considero capaz de exercer a profissão de ganhador: o mesmo indivíduo é morador a casa nº 61, à Rua da Gameleira, Freguesia da Conceição da Praia. Bahia 3 d'Agosto de 1857.

José Vicente de Sá Freire

Leitor dos jornais baianos, certamente o fiador deste liberto parecia ter entendido a campanha antiafricana em curso naquele momento na Bahia, e decidiu contradizer seus arautos. Assim, garantiu que o africano era católico fervoroso, e portanto não se metia em candomblés; era homem honesto e obediente às leis locais, de modo que abandonara os costumes supostamente "selvagens" da África; e era ganhador "capaz", assim zeloso com a carga alheia e bom no negócio do carregamento a que se dedicava. José Vicente conhecia bem e estimava José Joaquim, ou não se arriscaria a escrever um parecer tão elogioso sobre ele. E é possível que estendesse sua simpatia para além deste africano. Não estaria sozinho, como temos visto até aqui, inclusive na ênfase que imprimiu à fiança dada. Tão enfático quanto José Vicente foi Francisco de Castro Lima, quando escreveu ser o "preto José" (estivador, ganhador e morador na área do porto à rua do Julião) "de conduta regular em todo e qualquer sentido, o que afixo debaixo da minha palavra de honra".

Em todos os casos, os libertos lançavam mão de velhas relações com ex-senhores e pessoas de seu círculo, ou de laços de confiança formados ao longo de anos de bons serviços para os clientes da praça comercial da cidade. Esses atestados de conduta revelam que os ganhadores africanos tinham alia-

dos e protetores no seio da boa sociedade baiana, pessoas que faziam o contraponto à sistemática campanha sustentada contra eles por autoridades políticas e policiais, a imprensa e cidadãos comuns. Aliás, a leitura desses bilhetes de recomendação parece uma borracha passada sobre a greve que terminara havia pouco, e sugere que os paredistas tinham apoiadores entre a população branca. Até um engenheiro, um vereador e um fiscal da Câmara Municipal afixaram ganhadores africanos. O que vale dizer que não entenderam o movimento paredista como uma ação que os desabonasse.

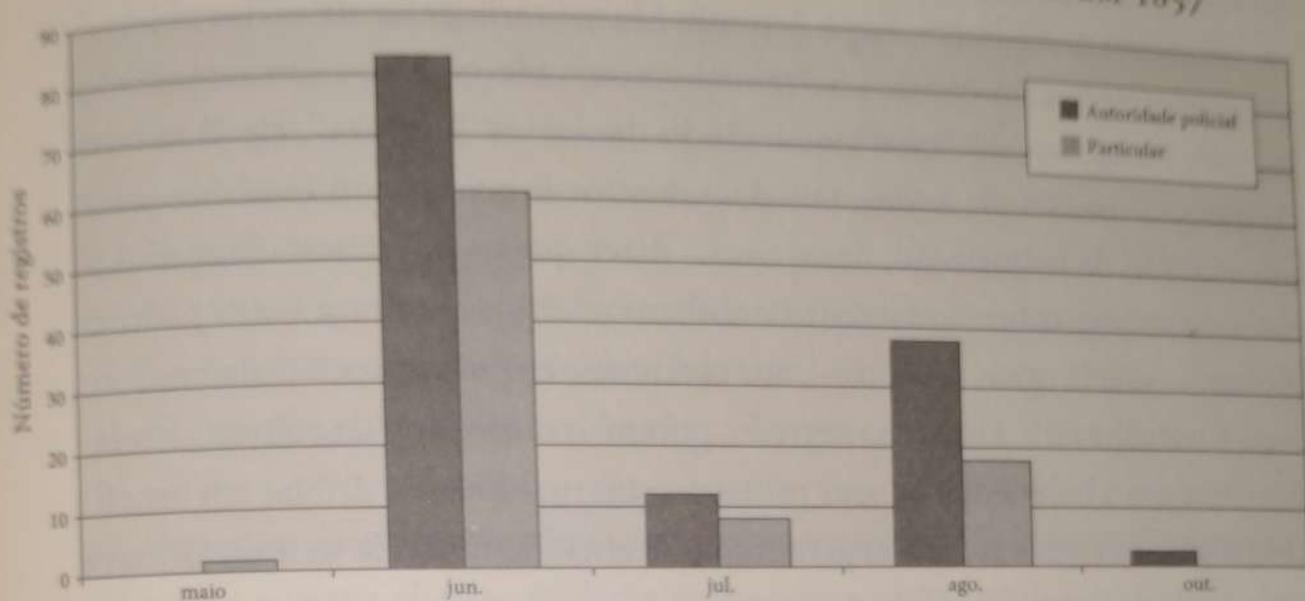
*

Porém, conforme demonstra o gráfico adiante, na sua maioria os libertos se dirigiram a subdelegados, juizes de paz e inspetores de quarteirão em busca de atestados, o que indica terem eles optado por fugir do círculo de dependência pessoal ou senhorial em troca de uma relação direta, sem intermediários, muitas vezes protocolar e burocrática com os poderes político e policial locais. Mesmo nesses casos, contudo, os africanos dependiam da boa vontade das autoridades, sobretudo dos inspetores de quarteirão onde moravam, pois relações pessoais e funcionais naquela sociedade amiúde se confundiam.

Muitas vezes o papel era recebido pelo subdelegado das mãos do ganhador ou de seu procurador, em seguida encaminhado para instrução ao inspetor do quarteirão onde o liberto morasse. Com mais frequência, os ganhadores se dirigiam diretamente aos inspetores, a quem cabia não apenas afiançar a boa conduta pregressa dos peticionários, mas também atestar se estavam com seus títulos de residência em ordem, o que significava quitação do imposto de 10 mil-réis que lhes permitia permanecer na cidade. Dessa forma, autoridades policial, fiscal e municipal se combinavam para, num só golpe, monitorar o pagamento do imposto e disciplinar o trabalho de rua. Um atestado típico da autoridade distrital dizia: "O suplicante reside nesta Freguesia, onde tem a sua residência verificada por título, e não me consta nada em seu desabono, pelo contrário tem boa conducta".

Não se encontra no arquivo municipal matrícula que tivesse sido negada. Em apenas duas os pareceres dos inspetores foram cautelosos. O liberto Gil Soares da Costa, morador no Jogo do Carneiro, solicitou ao subdelegado

GRÁFICO 1: VARIAÇÃO MENSAL DO TIPO DE FIADOR EM 1857



FONTE: Marina Leão de A. Barreto, "Iniciação à pesquisa em fontes históricas a partir da documentação relativa a africanos libertos em trânsito entre o Rio de Janeiro e Salvador (1850-1888)". Relatório final Pibic, Departamento de História da UFBA, 2014.

da freguesia de Santana que instruisse o inspetor de seu quarteirão para "que lhe ateste ao pé deste qual a conduta do suplicante, e se acha no caso de responder por qualquer falta, que possa ter o mesmo suplicante". Ora, convenhamos que era exigir demais do inspetor, que assim respondeu ao subdelegado, com um ar de "não me comprometa": "não posso afirmar se o suplicante está no caso de eu como inspetor afiançar por toda e qualquer falta que ele possa ter, pois é morador no quarteirão há três meses, e por hora [sic] nada me consta que o desabone; tem o seu título de residência, é o que posso informar". E tirou o corpo fora. Foi mais ou menos assim que respondeu o inspetor Manoel Emilio Pereira ao pedido de Antonio José para abonar sua conduta, sobre quem declarou: "tem seu título de residência, enquanto a sua conduta nada tenho a dizer, porque o suplicante mora aqui há muito pouco tempo". Ser conhecido e bem considerado na vizinhança, eis outro atributo de que o liberto precisava para melhor se desempenhar naquela Bahia. Esses dois libertos ainda não eram membros reconhecidos e aprovados de uma comunidade de vizinhos.

Boa conduta ou "conduta moral", como escrito num pedido do liberto Antonio Pereira da Silva, eram expressões nas quais caberia um amplo leque de comportamentos, mas no caso dos ganhadores sobrelavava a honestidade

no trato com os clientes. Um inspetor de quarteirão introduziu outro elemento ao garantir que o liberto nagô Antonio Maia, “carregador de vários objetos” e morador na rua do Pão de Ló, “tem se conservado com boa conducta civil e moral”, a sugerir, esse “civil”, que, vindo da África “bárbara”, ele já se teria “civilizado” no Brasil. Assim, tais documentos funcionavam também como um atestado de ladinização, neste caso a dizer que os africanos afiançados já entendiam bem o funcionamento e tinham aderido à cultura e aos padrões morais — seja lá quais fossem —, aos costumes, enfim, da sociedade onde viviam e trabalhavam. Ficava no segredo, porém, o outro lado da cultura afro-ladina, que era a habilidade de seus protagonistas manipular e driblar em benefício próprio as regras sociais hegemônicas. E então ladinidade se transformava em esperteza e capacidade de resistência.

De um modo geral, portanto, o que estava previsto nesses documentos, como naqueles escritos por abonadores particulares, era o desempenho de um papel de subalterno que o africano liberto devia representar no trato com seus superiores sociais e, principalmente, com as autoridades. Tratava-se, este registro, de um ritual de poder no qual se encenava o reconhecimento da hierarquia imperante naquela sociedade. A greve foi também uma resistência a esses trâmites da ordem. Ao mesmo tempo, e da mesma forma que nos atestados assinados por patronos, senhorios, clientes e conhecidos, nestes abonados pelas autoridades policiais também se vislumbram outros tantos personagens que não pareciam comungar com a linha dura no tratamento dado aos africanos. Um inspetor de quarteirão da freguesia do Pilar, morador na rua do Xixi, chegou a afirmar com veemência que o ganhador Jacintho, com residência na rua dos Coqueiros, tinha “excelente comportamento”. E o juiz de paz local assinou embaixo.

Na sua maioria os libertos mandavam eles próprios redigir o documento de fiança por um procurador, solicitando à autoridade distrital que lhe desse atestado de conduta. O documento transcrito a seguir foi assinado, a pedido do ganhador africano, diretamente pelo juiz de paz da freguesia da Vitória, sem consulta prévia ao inspetor de quarteirão:

Ilmo. Sr. Juiz de Paz da Freguesia de Nossa Senhora da Victoria,

Diz Tibério da Cunha, africano liberto carregador de cadeira residente n'esta Freguesia que precisa para bem do seu direito, preencher as ordens da Câmara Municipal, que V. Sa. lhe ateste ao pé desta sua conducta e modo de vida, para poder obter licença para usar da chapa que fora ultimamente estabelecida para os ganhadores.

Attesto que o suplicante é carregador de cadeira e tem boa conducta.

Bahia, Freguesia da Victoria, 12 de junho de 1857.

José Augusto Pereira de Mattos

Atenção para o trecho desta solicitação no qual o liberto se resigna, explicitamente, a usar a chapa, condição para obter a licença para ganhar. Seria um atestado eloquente da capitulação dos ganhadores diante da medida que mais os ultrajou em todo esse episódio. Resta saber quão sincera seria essa disposição para usar o troço ao pescoço. De todo modo, não se pode dizer que, mesmo nos pedidos de licença, eles silenciassem frente ao ataque à sua honra, autoestima, seu orgulho.

Nesse mesmo sentido, muitos ganhadores da Vitória contrataram para escrever tais petições Firmino da Costa Menezes, que deve ter armado uma banquinha no meio da rua para atendê-los a todos. É politicamente relevante que nelas se repetisse um trecho amargo: "acontece que a Câmara Municipal tem criado a Postura que obriga aos ganhadores a uzar de uma chapa que os distinga dentre os operários das outras classes, e que esta seja concedida a quem apresentasse atestado de sua boa conducta".¹⁶ Há nessas palavras uma denúncia velada à discriminação sofrida pelos africanos, e é possível que a ideia de introduzi-las não tivesse sido do escrivão e procurador Firmino Menezes, mas deles próprios. Os africanos tinham plena consciência de estarem sendo marcados para baixo, desclassificados na comparação com os "operários das outras classes". Assim nasce o sentimento coletivo de classe.

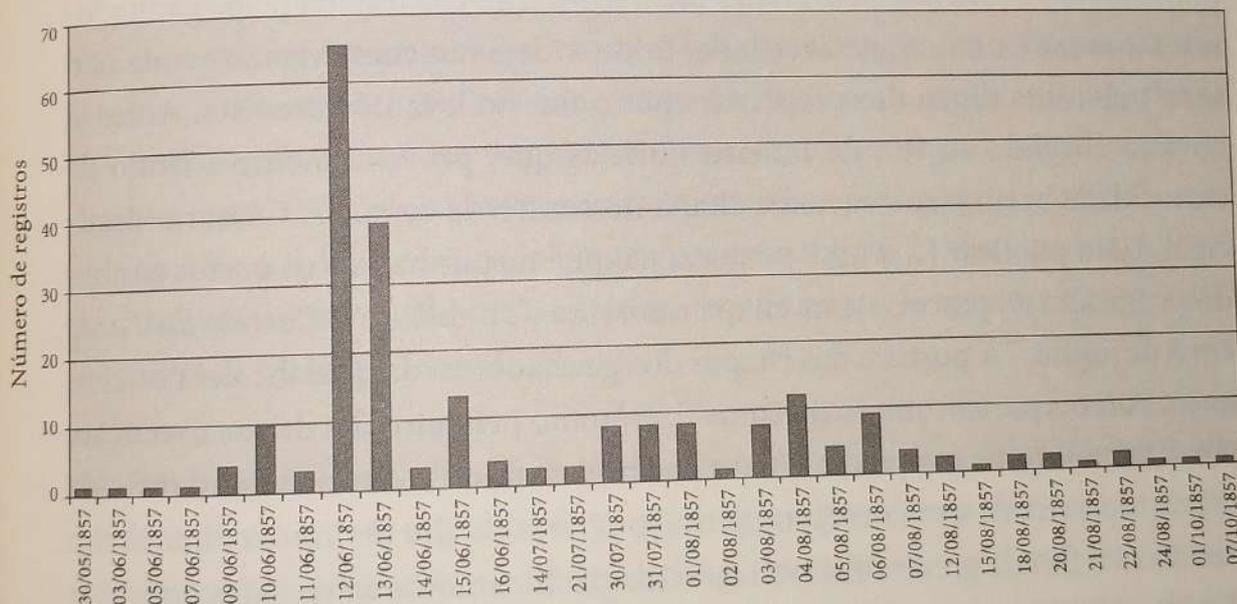
9. Fim de greve

Em 12 de junho de 1857 estava praticamente acabada a greve. Nos dias seguintes o transporte em Salvador retornaria à normalidade, embora nem tudo funcionasse a contento. Disputados para o transporte de todo tipo de carga, faltaram animais para carregar a água potável que abastecia a Casa de Correção, por exemplo, segundo alegou o arrematante do serviço. O primeiro alerta veio a 11 de junho, mas até pelo menos o dia 15 os presos, muitos deles escravos africanos, continuavam sem água adequada para beber. Apesar de funcionar desde janeiro daquele ano, a Companhia do Queimado não dava conta do abastecimento das prisões, a que estava comprometida por contrato. A dependência dos aguadeiros africanos é apenas mais um exemplo dos efeitos da parede levantada pelos ganhadores.¹

Muitos ganhadores se apresentariam na rua com chapa ao pescoço naquele 12 de junho, uma sexta-feira, dia imediato ao feriado de Corpus Christi. O número de pedidos de matrícula de escravos escritos nessa data — não necessariamente entregues à Câmara Municipal — foi menor apenas do que aqueles feitos no domingo, 7 de junho, quando os senhores decidiram sentar-se em massa à mesa para redigi-los após uma semana de ação paredista e o anúncio da postura substituta. Mas é do dia 12 de junho, sobretudo, a maior parte dos pedidos de fiança dos libertos, 66, comparando-se com o dia seguinte, 39, a segunda

maior cifra. Faz sentido que os libertos esperassem até o último instante para decidir se matricular, uma vez que foram eles a sustentar a greve por mais tempo e os que mais resistiram ao uso da chapa e da fiança. Mas nem todos os ganhadores foram vistos com a tal chapa. Uns provavelmente por resistência, outros por faltarem chapas na Câmara, que não mandara fabricá-las em número suficiente. Indagava por isso o *Jornal da Bahia* se os ganhadores poderiam trabalhar sem elas até que normalizada sua distribuição. Um jornal carioca chegou a ironizar que, depois de tanto esforço da Câmara para impor as chapas sobre os ganhadores, parecia incrível que ela tivesse errado nas contas de quantas produzir. Mas, naquela altura, sem esquecer de criticar a ineficiência dos vereadores, o *Jornal da Bahia* cantava vitória: “as cousas vão voltando aos seus eixos”.²

GRÁFICO 2: FREQUÊNCIA DIÁRIA DOS ATESTADOS DE CONDUTA EM 1857



FONTE: Marina Leão de A. Barreto, “Iniciação à pesquisa em fontes históricas a partir da documentação relativa a africanos libertos em trânsito entre o Rio de Janeiro e Salvador (1850-1888)”. Relatório final Pibic, Departamento de História da UFBA, 2014.

Encerrava, assim, segundo o *Jornal da Bahia* (15/06/1857), um episódio que “tem sido [...] a ordem do dia desta última semana [...] que concentra todas as atenções, e ocupa ainda grandemente todos os pensadores”, filosofava solene. Os ganhadores tinham ido até onde puderam. Depois de mais de uma semana sem ganhar, haviam chegado ao limite suportável. Com base nas declarações de renda diária feitas em 1849, e sem considerar a inflação

dos oito anos até 1857, pode-se calcular uma perda média entre 7 mil-réis e 10 mil-réis para cada ganhador. No ano da greve, com 10 mil-réis se compravam cerca de 25 quilos de carne, considerando a média dos preços nos diversos açougues de Salvador.³

O movimento tinha sido um sucesso parcial: derrubara a taxa de matrícula e modificara os termos da fiança exigida dos libertos, mas não lograra abolir todos os aspectos da postura. Já no início de setembro, a Assembleia Provincial aprovaria provisoriamente uma nova redação da lei municipal, na qual a abominável chapa seguia valendo, apesar de sua distribuição pela Câmara ser agora gratuita.⁴

A chapa fora o aspecto mais saliente do protesto, o mais combatido pelos grevistas, a razão por ter a parede se arrastado tanto tempo. Não fora a matrícula, o imposto ou a fiança. “Imposto da postura de chapa” — assim o correspondente do *Correio Mercantil* definiu a legislação contestada pelos ganhadores. Morador na Bahia, ele deve ter colhido a ideia nas ruas. Mas sua carta não seria publicada senão duas semanas após o fim do levante paredista. Antes já haviam chegado ao Rio de Janeiro notícias que, provavelmente a título de curiosidade baiana, colocavam a chapa no centro da cena. “A Câmara Municipal fizera publicar [...] uma postura, na qual dispunha que os pretos ganhadores trariam ao pescoço uma chapa numerada”, publicou o *Correio da Tarde* em 8 de junho. “A postura das chapas dos ganhadores, da qual lhe dei notícias, assim como a parede que os mesmos fizeram no primeiro dia da sua execução, tem passado em muito pouco tempo por muitas fases”, comunicou no meio da crise, pela pena de um correspondente, o *Diário do Rio de Janeiro*, que assim noticiava o fim da greve: “Estava resolvida pacificamente a crise africana, produzida pela postura da Câmara Municipal, que obrigava os pretos a trazerem ostensivamente uma chapa de metal”. E não mencionava outro aspecto da postura senão “a fatal chapa”. Até na Assembleia Geral Legislativa, sediada no Rio de Janeiro, a greve foi mencionada na tecla da chapa. Ao discorrer durante quase duas horas sobre os diversos acontecimentos de sua terra em 1857, o deputado baiano Inocêncio Marques de Araújo Goes mencionou “uma demonstração pacífica, [...] uma reação contra a postura aprovada pela presidência acerca do serviço de ganhadores, o que deu lugar a uma crise que denominou-se crise das chapas”. Só falou isso sobre o tema, mas o bastante para fazer o movimento africano chegar ao Parlamento nacional.⁵

A Greve da Chapa (ou a Parede da Chapa) poderia ser o nome daquele movimento. Não ter conseguido abolir o uso do penduricalho fora, portanto, uma derrota considerável. De todo modo, resultara façanha formidável parar por causa de uma chapa todo um importante setor de trabalhadores urbanos durante mais de uma semana. Que isso tivesse sido possível deve-se atribuir a que os ganhadores não constituíam uma massa desorganizada e destituída de interesses próprios. Isso foi entendido pelos contemporâneos, mas com ênfases diferentes quanto ao papel daqueles trabalhadores no desenrolar dos acontecimentos, e sobre aquilo que resultou de ganho do movimento paredista.

João Nepomuceno da Silva, um escritor da época francamente africanó-fobo, dedicou este comentário à recente greve:

Entendendo um dia a Câmara Municipal que, para evitar furtos e enganos que cometiam pretos ganhadores desta cidade, deveria lançar mão de uma medida preventiva, e determinou que cada um deles trouxesse pendente do pescoço uma chapa de metal com um número pelo qual se conhecesse aquele a quem se tivesse confiado algum volume. Isto deu motivo a levantar-se logo uma celeuma de re-provação. Os carregadores meteram-se em casa, e tudo pareceu paralisado: apinhou-se o Palácio do Governo de pessoas do comércio, abosinaram [sic] o presidente de tal forma que esta medida, que tão necessária se reputava afim de evitar ladroeiras, caiu por terra.⁶

Mais uma vez avulta na lembrança do movimento a famosa chapa, em detrimento de outros aspectos da postura que o provocou. Não atinou Nepomuceno que precisamente a chapa tinha sido mantida na nova postura que sucederia a anulada, seguindo a orientação do presidente da província de que a medida devesse ter função apenas policial, e não fiscal. Ou seja, prevaleceu o objetivo, traçado pelo presidente Sinimbu, de melhor vigiar para evitar desvios e roubos de volumes carregados, um problema crônico, conforme já foi aqui visto. Isso quanto ao resultado do movimento.

Quanto ao desenrolar da greve, Nepomuceno deu peso menor ao protagonismo dos ganhadores do que ao dos comerciantes. Em relação à pressão destes sobre o presidente, a quem “abosinaram” bastante, o escritor traçou, todavia, um retrato expressivo, provavelmente fiel, do que se passara nos dias em que aqueles homens entraram em parafuso por ver suas mercadorias acu-

muladas nos armazéns, trapiches e na alfândega, muita dela perecível e impedida de circular.

Já em seu balanço dos acontecimentos, o *Jornal da Bahia* (15/06/1857) acentuou o protagonismo africano. O periódico admitia que o presidente agira contra a postura “em virtude da resistência dos africanos”, mais do que por pressão dos negociantes. E a resistência havia sido eficaz porque agiram “os africanos a uma só voz, movidos por uma só vontade, iludiram a disposição municipal e presidencial, e efetuaram essa revolução de nova espécie, que veio paralisar terrivelmente a atividade do comércio e surpreender toda a população”. E arrematava: “No dia marcado para a execução da postura, um só preto carregador não se apresentou”. Chegou a lembrar uma outra vitória, acontecida vinte anos antes, contra a lei das capatazias. A presidência, segundo o jornal, “cedendo à influência, à ação africana, que já conseguiu inutilizar as capatazias criadas por lei, dobrou o colo”.

Foi também este o tom da cobertura do episódio na imprensa carioca aqui diversas vezes citada. A Câmara Municipal “cedeu à suscetibilidade dos pretos e revogou a primeira postura”, segundo o *Diário do Rio de Janeiro*. Na Bahia “até os Africanos legislam”, vaticinou o *Correio Mercantil*. “Os pretos ganhadores [...] se tinham negado ao serviço”, publicou o *Correio da Tarde*. E outras manifestações da imprensa, da Câmara Municipal etc., etc., que já lemos nestas páginas, narrando o protagonismo dos africanos na “Crise das Chapas”.

Como fora isso possível?

Infelizmente não tenho como responder com precisão a essa pergunta porque nos faltam depoimentos dos próprios ganhadores. Eles não apresentaram uma queixa formal, ou petição, qualquer manifesto, enfim, dirigido ao governo da província, e sobretudo ao governo do município, em protesto contra a postura. Simplesmente pararam, se retiraram das ruas, correram a notícia de boca em boca e fizeram a cidade gemer de sofrimento. A discussão do problema nos círculos do poder ficou por conta da Presidência da Província, da Câmara Municipal e da Associação Comercial da Bahia. Não se montou nada como uma mesa de negociações, na qual os africanos tivessem assento e suas vozes fossem registradas por escrito. Além da própria parada, tudo que sabemos vindo do campo africano durante aqueles dias se resume aos comentários da imprensa quanto à ação dos paredistas. A bulha se verificou entre o governo, a Câmara Municipal e a Associação Comercial.

Por outro lado, porque as autoridades foram surpreendidas por “uma revolução de uma nova espécie”, além de se encontrarem divididas em como combatê-la, não houve o emprego da força. Não havia sequer base legal para a repressão, ou seja, inexistia legislação específica contra greves, tipo de movimento que, insisto, era uma novidade para a época no Brasil.⁷ Não se tratava de insurreição escrava ou da formação de quilombo, não tinha sequer grevista nas ruas para ser obrigado a retornar ao trabalho. A Guarda Urbana, por exemplo — regulamentada em maio daquele mesmo ano, formada por cem praças e tendo como uma de suas funções “velar pelas posturas” —, não foi mobilizada para reprimir os ganhadores.⁸ O *Jornal da Bahia* (16/06/1857) pregou que o governo provincial tinha de manter a postura e obrigar os africanos a obedecê-la, mesmo sendo ela “má” e “ilegal”, porque não seria “deles que certamente devia partir o corretivo”. Mas não foi assim que evoluíram os acontecimentos, e o “corretivo” fora aplicado pelos africanos, enquanto o susto e a surpresa paralisavam os poderes constituídos. Não houve, por isso, repressão nem se abriu inquérito policial, com prisões, denúncias, depoimento de testemunhas e interrogatório de réus, o tipo de documentação que poderia fornecer uma visão a partir de dentro do movimento, por mais contaminada que fosse pela pena do escrivão de polícia.

Houve mesmo apagamento do episódio do registro oficial. Em sua fala proferida na abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial, em 3 de setembro de 1857, com os acontecimentos ainda frescos, o presidente Cansanção de Sinimbu limitou-se a proclamar que a província “oferece o exemplo de vinte anos não interrompidos de sossego” — ou seja, desde a Sabinada, em 1837 —, graças à “intolerância reconhecidamente pacífica dos habitantes da Bahia”.⁹ Absolutamente nada foi dito sobre o movimento dos ganhadores no balanço dos acontecimentos relevantes daquele ano. Como não ser relevante a cidade parar durante mais de uma semana? E tal esquecimento na fala do presidente da província no futuro se repetiria nas crônicas e histórias da Bahia sobre o período. Assim, para interpretar os fatos, resta-nos por enquanto ler nas entrelinhas do noticiário da época.

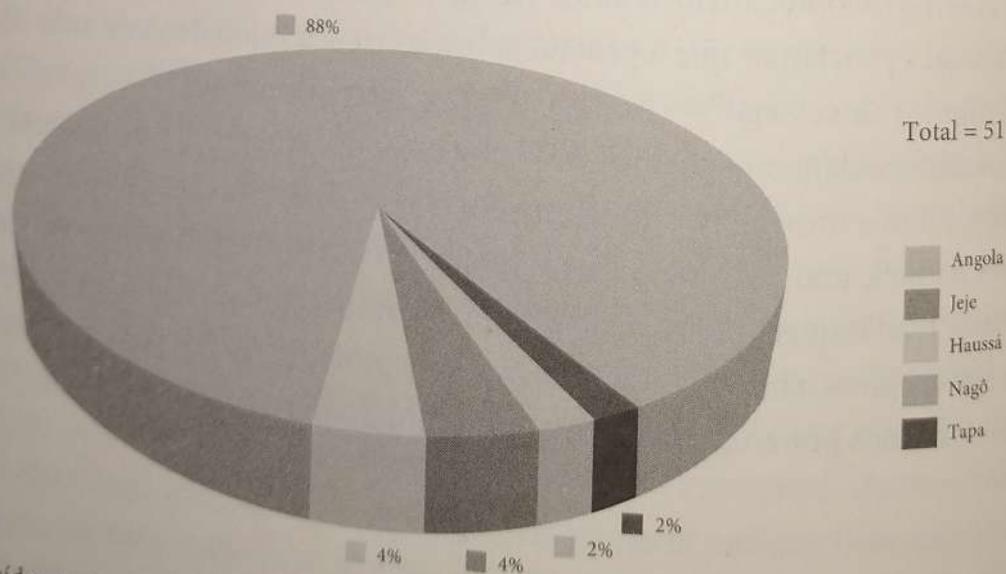
*

Os cantos certamente tiveram papel fundamental na organização da rede grevista, embora se mantivessem invisíveis para os contemporâneos que

a comentaram — nunca foram mencionados, por exemplo, nas reportagens do *Jornal da Bahia*, nem na correspondência recebida e publicada por periódicos cariocas. Mas para que os ganhadores parassem em ordem, no mesmo dia e “a uma só voz” (*JB*), fora necessário discutir, combinar, decidir e mobilizar numa extensão só alcançável a partir de uma estrutura organizacional preexistente. O que reforça a impressão de que os cantos não eram reiozinhos isolados uns dos outros, mas formavam uma espécie de federação com vasos comunicantes. Tal já estava consignado nas cerimônias de posse dos seus capitães, às quais compareciam delegações de diferentes cantos. Como em 1835, por ocasião da Revolta dos Malês, ou em 1836-7, com a resistência às capatazias, fica claro que em 1857 os cantos constituíam não apenas uma malha significativa de relações econômicas e sociais, mas também de organização política e mobilização. E a linha que tecia essas redes era, em larga medida, a “nação” africana. Mas qual nação?

Conforme já expus, com dados de 1849, os nagôs predominavam entre ganhadores libertos e escravos. As evidências para 1857 o confirmam. Sobre os 224 libertos cujas matrículas ou fianças foram encontradas, 51 revelam algo sobre suas nações africanas. Destes, 45 se declararam nagôs, perfazendo 88%. Eram seguidos por jejes e haussás, empatados em 4% num distante segundo lugar.

GRÁFICO 3: NAÇÕES DOS AFRICANOS LIBERTOS* NO GANHO EM 1857



* Excluídos 175 sem dados sobre suas nações.

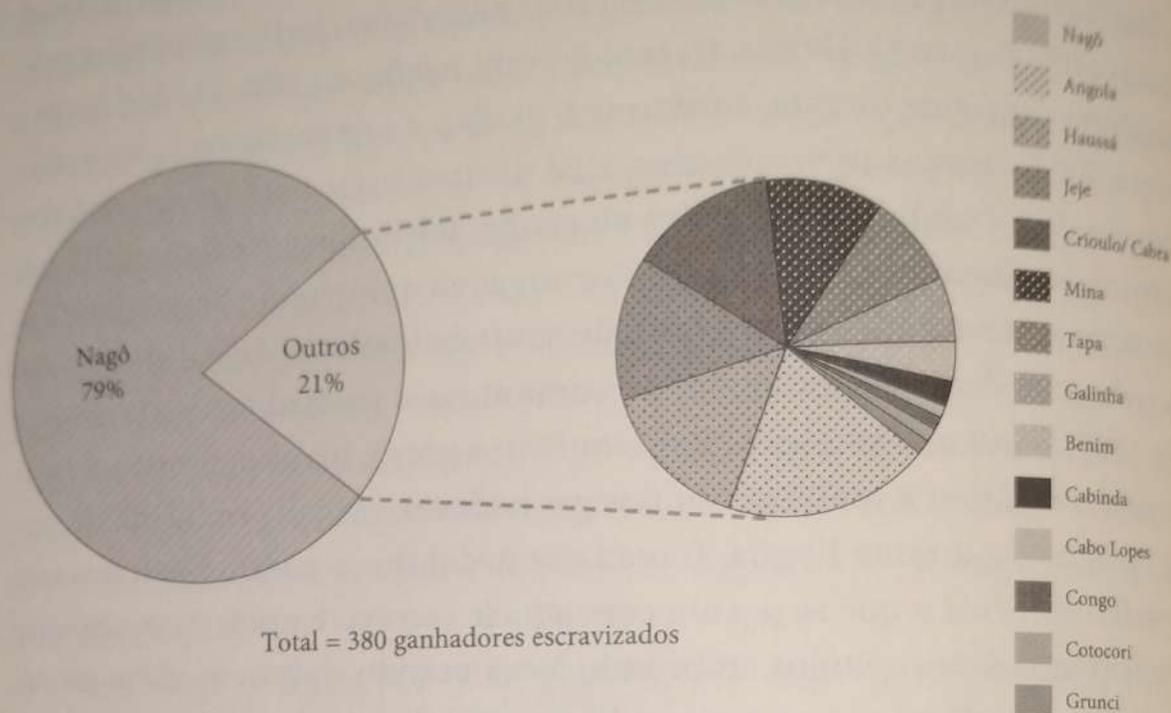
FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS).

Há mais informações sobre os escravos. Das 773 matrículas encontradas, 138 não se referem à origem dos escravos, outras 251 os listam apenas como "africanos" e 380 especificaram suas nações (as quatro matrículas restantes estão ilegíveis). Destes, trezentos eram nagôs, ou 79%. Os demais ganhadores somavam oitenta, conforme o gráfico a seguir. De escravos brasileiros, havia apenas nove crioulos, que deviam estar bem integrados aos círculos de sociabilidade formados no ganho; talvez fossem parentes, filhos, sobrinhos, afilhados de africanos. Por ser uma amostra de bom tamanho, portanto representativa do universo desses trabalhadores, é estatisticamente correto estender esses resultados ao conjunto dos ganhadores escravizados em 1857. Não é que só nagôs tivessem feito a greve, mas sua proporção superlativa facilitou a mobilização dos ganhadores, até pela agilidade de comunicação na mesma língua. E uma vez decididos a parar, quem ousaria desafiar-los? Veja o que se passou com aquele escravo haussá, Antonio, que conhecemos dois capítulos atrás: indo à rua usando chapa em plena greve, seria despachado para casa espancado, humilhado e sem sua chapa. A identidade étnica, que desempenhara papel saliente nos violentos levantes escravos até 1835, voltava a fazê-lo agora que os nagôs passariam a adotar táticas pacíficas de enfrentamento coletivo, ou uma "resistência passiva", como a definiram os redatores do *Jornal da Bahia*.

Com uma diferença: dado o número desproporcional de nagôs, eles praticamente viraram sinônimo de africano. Em 1835 eram cerca de 31% dos escravos africanos residentes em Salvador; em 1857 seriam 79%, pelo menos entre aqueles que trabalhavam no ganho. Outras fontes confirmam a concentração vertiginosa de nagôs na cidade. Mieko Nishida observou que os nagôs representavam 53,6% dos escravos comercializados na freguesia da Sé entre 1838 e 1848, e 79,3% entre 1852 e 1888. Maria Inês Côrtes de Oliveira chegou a números semelhantes combinando várias fontes.¹⁰

Os cantos controlados pelo enorme contingente nagô decerto abrigavam africanos pertencentes a nações menores, cujo número reduzido não era suficiente para formar canto próprio, ou assegurar instituições mais estruturadas do ponto de vista étnico. E muitos, então, teriam se tornado nagôs por adoção. Não que os membros de minorias étnicas deixassem de ser o que eram, mas, ao passarem a integrar as redes sociais e institucionais nagôs, eles precisariam abrir mão ou negociar parte de suas antigas identidades, o que

GRÁFICO 4: NAÇÕES DOS ESCRAVOS MATRICULADOS EM 1857*



* Excluídos 138 ganhadores sem dados sobre suas nações, quatro com estas ilegíveis e 251 definidos genericamente como africanos.

FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS).

não vinha a ser estranho a quem tivera de fazer adaptações identitárias desde a captura na terra natal, passando pela longa caminhada até os portos do tráfico, a travessia atlântica e a vida como escravo na Bahia. Acontece que, nessa segunda metade do Oitocentos, as pequenas nações iam encolher rapidamente, enquanto se consolidava a hegemonia nagô, que de demográfica traduziu-se também em política e cultural. A predominância do culto aos orixás, ainda hoje vigente, seria um dos resultados mais visíveis e duradouros, pois que, para sobreviver, florescer e prevalecer, os deuses precisam de devotos sempre mais numerosos.¹¹

Assim, os nagôs ocupariam um lugar social em que, da perspectiva dos africanos, "o outro" se tornaria cada vez menos o outro africano e cada vez mais o baiano. Brancos, crioulos e mestiços nascidos no Brasil também passariam a enxergar cada vez menos as diferenças entre os africanos e a divisar no nagô o africano típico. Dessa forma é que se verificaria uma espécie de pan-africano.

canização da identidade étnica na segunda metade do século XIX baiano. Dito de outra maneira, a africanização resultaria da nagoização. Por isso, ao contrário de 1835, o movimento de 1857 não foi cunhado pelos contemporâneos de “nagô”, e sim de “africano”. Relembro a definição que fez da greve a Câmara Municipal: “conluio ou parede entre africanos libertos e os escravos”. Mas africanos que eram maciçamente nagôs, detalhe perdido pelos vereadores, pelas autoridades provinciais, pela imprensa e por todos quantos comentaram o movimento paredista no calor dos acontecimentos.¹²

Ainda que unidos pela identidade étnica, os ganhadores estavam divididos pela condição sócio-jurídica entre libertos e escravos. Segundo o *Jornal da Bahia* (05/06/1857), os ganhadores da cidade eram na sua maioria africanos libertos, mas o número de escravos, de acordo com os dados da matrícula, seria na verdade bem maior. Em números, 224 libertos para 773 escravos. É possível, mas improvável, que esse resultado apenas signifique que sobreviveram mais matrículas de escravos do que de forros nos arquivos. Eu aposto que os dados existentes traduzem a realidade, embora não se confunda totalmente com ela.

Para além dos números, importa o perfil dessa força de trabalho. Se os forros tinham posição ocupacional semelhante aos escravos no ganho, se trabalhavam ombro a ombro com eles, se estavam submetidos às mesmas regras de comportamento e obedeciam às mesmas lideranças, a liberdade de que desfrutavam, porém, apesar dos óbices que a acompanhavam, os colocava num outro patamar da estratificação social e tinha consequências políticas. Já sabemos que partiram de escravos, pressionados por seus senhores, as primeiras defecções do movimento. Isso se refletiu no grande número de pedidos de matrícula redigidos pelos senhores antes do final da greve, em 12 de junho, se comparados àqueles preparados pelos libertos, que só decolam a partir dessa data. Se nação, ocupação e discriminação uniam os cativos aos parceiros libertos, o binômio escravidão-liberdade os separava.

Aquele censo de 1849 da freguesia de Santana ilustra de forma contundente essa situação: 78 escravos eram propriedade de africanos alforriados, dos quais 47 (60%) pertenciam a senhores da mesma nação. Não duvido, inclusive, que ganhadores houvesse que trabalhavam lado a lado com seus próprios escravos no ganho. É possível que a greve tivesse ido ainda mais longe não fossem essas diferenças. Ao mesmo tempo, por ter ido até onde

foi, e até por ter acontecido, depõe mais sobre aliança e solidariedade do que sobre segmentação e estranhamento entre os ganhadores. Como havia ocorrido em outros movimentos anteriores de africanos, nos quais escravos e libertos se uniram em revolta — como em 1835 —, a greve esteve marcada por uma solidariedade costurada com linhas culturais e étnicas e a experiência comum no processo de trabalho, numa sociedade que discriminava e abusava do africano independentemente de ele possuir ou não uma carta de alforria.

O movimento de 1857 suscita questões mais amplas. A greve não foi um método de luta desconhecido dos escravos nas Américas, mas desenvolveu-se como um protocolo do conflito de classe típico do trabalhador urbano moderno, sobretudo do trabalhador fabril. Como observa Charles Tilly, embora sem este nome, a greve foi inventada muitas vezes na história, em toda parte, mas só com o predomínio do sistema urbano-industrial, ao longo do século XIX, ela se consagraria no repertório das ações coletivas da classe trabalhadora. Até então o pobre aprendia a ser classe fazendo motins contra a carestia e a escassez de alimentos (os *food riots*), contra medidas que contrariavam costumes consagrados, contra a imposição de impostos e assim por diante; ou seja, movimentos que mobilizavam uma noção de “economia moral”, no sentido de resistência à perda ou à ameaça a direitos costumeiros. Esse tipo de movimento *do contra* (ou *reativo*), de mobilização defensiva para impedir ou reverter mudanças moralmente inaceitáveis, foi declinando até sua quase extinção na Europa, sendo substituído sobretudo pela greve, uma forma de luta em geral *propositiva*, ou *a favor* de maiores salários e melhores condições de trabalho, contra a insalubridade, as longas jornadas no batente, o uso predatório da mão de obra infantil e feminina, entre outras mazelas da formação e consolidação do capitalismo.¹³

Esse modelo europeu de greve não parece de jeito algum ter inspirado os grevistas de 1857. O movimento fora uma dessas invenções “aleatórias” amiúde encontradas no curso da história, e que não era desconhecida, aliás, nos mundos da escravidão. Em torno de 1789, por exemplo, os escravos de um engenho em Ilhéus, no sul da Bahia, cruzaram os braços, adentraram a mata e, algum tempo depois, escreveram um “tratado de paz” elencando as condições sob as quais retornariam ao trabalho. Greves de escravos rurais abundaram no Caribe, onde a Guerra Batista na Jamaica, grande revolta escrava ocorrida

no final de 1831, fora originalmente planejada como uma paralisação geral a partir do primeiro dia de 1832. Numa dimensão bem menor, mas não menos significativa, escravos no Brasil participaram ou fizeram greves em estabelecimentos urbanos, privados e estatais, sem contudo ultrapassar as portas de cada empresa individual.¹⁴

Suspender o trabalho é uma atitude algo óbvia de protesto do trabalhador, sob qualquer regime e qualquer sistema, nos mais diversos períodos e ambientes históricos. A Bahia de 1857 conheceu um movimento híbrido, mistura do contra com roupagem de propositivo. A greve foi uma reação à tentativa do governo municipal de subtrair aos ganhadores “direitos e rotinas estabelecidos” — termos de Tilly¹⁵ —, inclusive a imposição de uma taxa de matrícula, de um fiador de bons antecedentes e, sobretudo, do uso da placa de metal ao pescoço, que feriam costumes zelosamente guardados. Diante disso, os ganhadores não se amotinaram, suspenderam suas atividades, movimento típico do trabalhador “moderno”. Seria, porém, uma greve fiscal, no marco da economia moral, contra a violação de costumes estabelecidos ou, dito de outro modo, a introdução de procedimentos que perturbariam não apenas a rotina do ganho, mas o jeito de ser gente dos trabalhadores de rua.

Os ganhadores não trabalhavam reunidos em fábrica, mas estavam coletivamente organizados em torno de seus cantos, e portanto segundo sua posição no processo de trabalho “informal” urbano e sua filiação a determinadas nações africanas. Na dinâmica do movimento de 1857, classe e etnicidade se entrelaçavam de maneira irreduzível e complexa. Os africanos eram trabalhadores urbanos estrangeiros, e estrangeiros da mesma origem étnica, conscientes de sua importância para o funcionamento da cidade, senhores de um mercado de serviços que o governo tentava em vão controlar para redistribuir entre ganhadores nacionais. Tudo isso explica o estilo de resistência escolhido. Com movimentos como estes, os africanos treinavam para ser classe, pois, como sugeriu E. P. Thompson, é assim que as classes se constituem, no combate, e não como resultado imediato de sua posição no processo produtivo, seja ele qual for.¹⁶

O movimento como um todo foi pacífico, exceção feita a alguns incidentes com africanos que ousaram romper a parede e usar a chapa antes que um acordo coletivo, embora informal, os liberasse para tal. Os grevistas demons-

traram imensa contenção, aliás. Os detratores de plantão não tiveram a chance de defini-los como os “selvagens africanos” que povoavam as narrativas dos homens supostamente civilizados, em geral brancos, da velha Bahia. Pelo contrário, surpreenderam pela organização, disciplina, inteligência política e eficácia na mobilização da vontade coletiva. O movimento representou uma forma avançada, até sofisticada, de protesto para sua época.

*

Com o fim da greve, a resistência coletiva daria lugar à ação individual, facilitada pelo número reduzido de fiscais municipais, apenas oito, para controlar centenas de ganhadores.¹⁷ Além disso, nem sempre os policiais se dispunham a ajudá-los, conforme comunicou ao chefe de polícia o presidente da Câmara Municipal, pois “seus fiscais se queixam de não achar em algumas autoridades policiais a precisa energia para punição dos infratores das Posturas Municipais”.¹⁸ Porém, não encontrei nada parecido com a recusa do delegado da cidade de Cachoeira a ceder dois guardas para acompanhar um fiscal que pretendia multar ambulantes. Estes, segundo o fiscal, já até o haviam ameaçado de morte por tentar fazer valer a postura que os mandava vender seus produtos no mercado e não de porta em porta. Eis a sombria ameaça:

Avizo

Aviza-se ao Sr. Fiscal Barrozo
que previna-se a vir contric-
to, pois que se fizer asneiras
e imposturas querendo [se]
sustentar a fim de ganha-
rem [sic] a gorgêta dos 200\$
terá uma bôa recompensa
~ O Alma do Outro Mundo ~

E reproduzo em seguida o singular documento original.

Avizo
 X
 Aviza-se ao Fiscal Baryz
 que humina-se a vir contric
 to p que se fizes com
 e imposturas querendo
 sustentar a fim de ganh
 rem a gorjeta dos 200
 tora com boa recompensa
 — O Alma do outro Mundo

24. Documento raro, este "Avizo" de morte enviado a um fiscal da Câmara Municipal de Cachoeira, em 1857, é um bom exemplo de até onde podiam chegar as tensões entre as partes envolvidas. Há sugestão de que se tratasse de um fiscal corrupto, que exigiria a "gorjeta" de 200 mil-réis para deixar em paz os pequenos negociantes. Outra leitura possível é que esse valor equivallesse à multa aplicada — muito alta, porém, para que fosse este o caso. A assinatura como Alma do Outro Mundo estabelece um clima jocoso, mas é uma confirmação da ameaça de morte já anunciada pelas armas desenhadas na abertura do escrito.

Enquanto isso, em Salvador, embora poucos, os fiscais seguiam perturbando a vida dos africanos recalcitrantes, e ainda contavam, em muitos casos, com a ajuda da polícia, cuja energia para esse papel nem sempre falhava. Em 16 de junho de 1857, poucos dias após a greve, foram presos os escravos José e Basílio por infração da postura da chapa. Em 30 de setembro foi a vez do escravo Ivo, "por infração da postura que obriga os ganhadores a trazerem chapa com numeração", segundo noticiou o *Diário da Bahia*. O mesmo jornal anotou a prisão do escravo Rogério, em 7 de outubro, pela mesma infração.¹⁹

Há informações mais detalhadas sobre a prisão do escravo Joaquim, em 25 de agosto de 1857. Ele foi recolhido à prisão do Aljube por estar no ganho sem a chapa. Seu senhor, Simão Lopes d'Almeida, alegou que Joaquim era do serviço doméstico, e que estaria a seu serviço e não no ganho. E disse ainda, contraditoriamente, que, tendo ido à Câmara "por mais de uma vez" obter a chapa, o item estava em falta. Consultado o amanuense da Câmara sobre o assunto, este respondeu que havia quase um mês tinha sido publicado na imprensa um aviso de que já existiam chapas disponíveis. Entrementes, o fiscal que mandara prender o escravo defendeu-se afirmando que "o preto" não estava a serviço do senhor, "como posso provar com testemunhas se necessário for". Por fim, o senhor de Joaquim comunicou ao chefe de polícia sua disposição para pagar a multa prevista em lei, o que foi feito e o escravo solto. Porém, estranhamente, em outubro do mesmo ano, o presidente da Câmara deferiu o requerimento de Simão Lopes, "visto que não está incurso na Postura". Temos confusão entre as autoridades, ou um presidente da Câmara que teria alguma relação de favor com este mesmo senhor, de quem talvez comprasse pão na padaria de que era proprietário, localizada no Guadalupe, a poucos metros da casa da Câmara.²⁰

Para evitar esse tipo de problema, o dr. Manoel Ladislau Aranha Dantas, professor da Faculdade de Medicina, por segurança matriculou seu escravo Zacharias, "que às vezes sai a ganhar". Só às vezes. Mais um ganhador em regime de tempo parcial no ganho, como existiam centenas em Salvador. Podemos imaginar, numa leitura otimista, que, sendo do serviço doméstico, nos momentos de folga aquele escravo — como muitos outros — teria permissão do senhor doutor para levantar uns trocados para si; ou, numa leitura quiçá mais realista, Zacharias seria desses escravos que cumpriam dupla jornada de trabalho, uma em casa, outra na rua, sendo o lucro do seu ganho dividido com o senhor.²¹ A segunda hipótese se realiza no texto de uma outra matrícula, na qual o senhor Antonio Pereira Franco afirmou empregar seus quatro escravos nagôs — Felix, Luiz, Antonio e Mamede — não no serviço doméstico, mas na lavoura; porém, "em certos dias que não tenha de dar a fazer nesse mister, desejando aproveitar qualquer lucro talvez os mande ganhar, pelo que deseja matriculá-los, e pois receber as competentes chapas". O senhor desses nagôs era padre coadjutor da freguesia da Sé e, provavelmente, também lavrador, daqueles que plantavam nas vizinhanças de Salvador e abastecia a cidade com

o produto de sua lavoura. Como os demais senhores, ele tentava evitar que seus cativos fossem encontrados na rua sem a placa de ganhar.²²

Por mais precavidos que fossem os senhores, seus escravos estavam sempre se metendo em encrenca com os fiscais da Câmara, os quais, como já vimos, ganhavam por produtividade. O escravo Damião alegou ter perdido sua chapa, de nº 651, que recebera quando sua senhora, Maria Dorothea Lessa, o matriculara no dia 16 de junho de 1857. Ele passaria a circular sem a peça durante um mês e onze dias, sob risco de ser preso. Esse o tempo levado entre a petição de sua senhora solicitando nova chapa, “para ele continuar na profissão de ganhador”, e o despacho positivo do presidente da Câmara, desde que fosse pago 1 mil-réis “para as despesas” incorridas pela municipalidade. Não era o único caso. O mesmo procedimento verificou-se quanto ao escravo Tibério, que perdera sua chapa com a inscrição nº 1740. Mas, neste caso, o trâmite foi mais rápido, doze dias apenas.²³

Não é possível saber se esses escravos haviam de fato perdido suas chapas — e foram muitos os que as perderam — ou se simplesmente as lançaram fora ou as venderam para outros negros dispostos a entrar no ganho sem matrícula, o que era uma falta grave para uns e outros. Ou talvez se possa incluir tais atitudes no capítulo da resistência àquela postura. O certo é que os incidentes a esse respeito se multiplicaram. Em setembro de 1857, o *Diário da Bahia* publicou que no dia 3 a polícia prendera, na freguesia de Santana, Cidade Alta, o africano Silvério, escravo, “por infração da postura que obriga os ganhadores a trazerem chapa com o respectivo número”. No mês seguinte foi preso pelo fiscal da freguesia da Vitória o africano Rogério, escravo, “por infração da Postura que obriga os ganhadores a trazerem chapa com numeração”, segundo ocorrência policial registrada no dia 7 de outubro.²⁴

Uma dúvida em relação ao controle da chapa foi lançada pelo fiscal Antonio Coelho. Ele queria saber se haveria de multar aqueles ganhadores que não apresentassem suas chapas em lugar visível. O problema era que a postura não previa punição pecuniária nesses casos, “limitando-se somente a fazer aplicável [a multa] aos que não trouxerem, ou trouxerem falsas e viciadas”. A consulta foi remetida à Comissão de Justiça da Câmara Municipal, mas desconheço seu parecer. A questão levantada pelo fiscal aponta para outra forma de contestação da nova postura, que era a atitude de os ganhadores esconderem suas chapas e apenas apresentá-las quando solicitados pelos prepostos da mu-

nicipalidade ou os policiais da província. Com isso evitavam o aspecto mais ultrajante da medida, que era o uso da coisa em local visível. Pela dúvida do fiscal, parecia estar se constituindo uma espécie de acordo entre autoridades e ganhadores quanto a este assunto polêmico. Isso naturalmente desvirtuaria uma das principais funções da chapa, que era tê-la à vista do freguês para que ele pudesse identificar, pelo número da matrícula ali inscrito, o carregador que porventura subtraísse sua carga.²⁵

A ousadia de um outro ganhador dá força à hipótese da resistência, no entanto. Em 29 de setembro de 1857, passados dois meses do fim da greve, Ivo, um escravo africano, seria preso, segundo o fiscal José Pinto Ferreira, porque “não só não tinha a chapa, como também não queria que um outro que tinha carregasse”.²⁶ Dez dias depois, Ludgero dos Santos Piedade, outro fiscal da Câmara Municipal, narrou para o chefe de polícia que prendera

um preto Africano que arriando a cadeira que levava de arruar, entrando em uma venda, a ele seguiu por ver estar dizendo que tinha ganhado muito dinheiro, eu perguntei-lhe pela chapa, respondeu-me que tinha a chapa porém que me não mostrava, o que instei para que me mostrasse como Fiscal da Câmara Municipal competente para este fim, foi de balde, o que motivou o dito preto a insultar-me com palavras, e a ponto de querer dar-me e que se não o fez, foi por ter ido acompanhado com um guarda que deu a ordem de preso, e ainda mesmo depois de preso lutou muito, [...] por todo o caminho veio jurando-me que quando me encontrasse que me havia de ensinar, que já me conhecia, que seu senhor não era pobre.²⁷

Um belo embate este. Pelo jeito, ao fiscal desagradava ver africano feliz a cartar de seu ganho, o que parece ter pesado em sua decisão de persegui-lo por não carregar a chapa. Era um bom pretexto para dar vazão a um preconceito muito comum naquela altura, quem sabe alimentado pelo ressentimento de não ser tão bem remunerado como o ganhador. Contra esse tipo de arrogância, era costume dos escravos usarem o bom nome do senhor, como se escravo de poderoso, poderoso fosse. Daí ter o ganhador resistido à prisão e ameaçado o fiscal. Mas não só escravos de senhores ricos costumavam resistir. Incidentes semelhantes se multiplicariam. A tal chapa não marcaria por muito tempo os corpos dos ganhadores. O nome do africano preso por Ludgero era Augusto. Nome forte o desse nagô.

Além da falta de fiscais e da resistência dos africanos a usar a chapa, a aparente trégua entre a Câmara Municipal e a Presidência da Província apenas abafava tensões latentes. Enquanto se queixava da inoperância da polícia provincial em coadjuvar seus fiscais na repressão aos africanos, a Câmara fazia ela matriculados. O órgão arrecadador precisava desse arrolamento para cobrar os impostos instituídos pela província na lei orçamentária decretada naquele mesmo ano de 1857, para vigência no ano seguinte, quando começariam a cobrar entre 2 mil-réis e 5 mil-réis anuais para o exercício do ganho pelos ganhadores e pelos carregadores de cadeira, respectivamente. Em maio de 1858, por exemplo, o inspetor daquela tesouraria queixou-se ao presidente de que os vereadores não tinham respondido a seus pedidos, "não se dignando, ao menos, de acusar o recebimento dos ofícios". Uma semana depois dessa queixa, os vereadores, decerto por pressão presidencial, resolveram finalmente enviar a tal lista dos ganhadores de rua requisitada havia mais de mês.